O CORREIO

DIRECTOR
Jorge Santos

SEMANARIO MONARCHICO

EDITOR
João de Sá Sotto-Maior Pizarro

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Passos Manoel, 177-1.º-Porto
Composto e impresso na Typographia de A. J. da Silva Teixeira, Successor—Officinas movidas a electricidade—Rua da Cancella Velha, 70-1.º—PORTO.
Agente em Paris: Alvaro Pinheiro Chagas—6, Rua Duban
Agencia em Lisboa: Largo de S. Paulo, 12

Proprietario—MARIO ANTUNES LEITÃO
1.º ANNO = N.º 18 = AVULSO 20 REIS
Sabbado, 5 de Abril de 1913

ASSIGNATURAS — Portugal, Ilhas e Colonias: serie de 52 n.os, 1$000 reis — Serie de 26 n.os, 500 reis. Estrangeiro: (Paizes da União postal)—serie de 52 n.os, 15 francos (ou 3$000 reis). Serie de 26 n.os, 8 francos (ou 1$600) reis. Brazil: serie de 52 n.os, 6$000 reis (moeda brazileira). Sendo a cobrança feita pelo correio, accresce 60 reis para Portugal, Ilhas e Colonias, e 50 centimos (ou 100 reis) para o estrangeiro.

ANNUNCIOS—Na secção de annuncios 50 reis a linha. Nas outras paginas: contracto especial.

Uma entrevista com El-Rei D. Manuel

El-Rei e as questões sociaes. — O proletariado e a Republica. — A questão financeira no presente e no futuro. — Questões economicas. — Um grande plano. — A Monarchia condição de ordem. — A perseguição religiosa. — A Monarchia em Portugal. — A situação nacional. — Uma declaração.

Annibal Soares, o brilhante jornalista que tão poderosamente affirmou o seu notabilissimo talento nas columnas do *Diario Illustrado* e do *Correio da Manhã*, e que hoje, no exílio, mantendo a nobreza do seu caracter, não deixa de mostrar aos ingenuos a senda que, vae para tres annos, vimos percorrendo, teve recentemente uma interessantissima entrevista com El-Rei D. Manuel, entrevista que, honrando as nossas columnas, representa — assim o crêmos — uma alegria para aquelles que nos lêrem.

Eil-a:

Precisamente no momento em que, por occasião d'uma recente viagem a Londres, nos chegou ás mãos o aviso de que El-Rei D. Manuel se dignaria receber-nos no palacete de Richmond, acabavamos de lêr no *hall* do hotel, em varios d'esses volumosos compendios da vida d'um dia, que são os jornaes matutinos d'aquella immensa metropole, a noticia de que S. M. tinha emprehendido uma serie de visitas a varios institutos d'assistencia social da capital ingleza, taes como Bruce House, Rowton House, Marylebonne Work House, etc.

Un jour journaliste, toujours journaliste — escreveu um francez dos mais illustres, que conhecia este officio e esta raça como as cabeças dos seus dedos. Pois se os confrades britannicos, embora sem esquecimento da discreção tão notavel n'aquelle povo, seguem a toda a parte o popular *King Manuel*, não lhe deixam passar despercebida uma victoria no *tennis* nem uma observação sobre um quadro, e se punham agora a acompanhal-o na sua excursão d'estudo pelas obras sociaes de Londres, não deviamos nós, plumitivo portuguez, aos leitores e a nós mesmo uma informação mais ampla sobre o caracter d'essas visitas d'El-Rei, sobre os intuitos que as moviam e que não seriam decerto os d'uma curiosidade vã e esteril?

Por isso na tarde seguinte, — logo depois dos primeiros cumprimentos ao Monarcha que Lisboa já hoje, á primeira vista, não reconheceria, com o seu buço que lhe ennegrece o labio superior, transmutado de adolescente que era então n'um desinvolto mancebo em quem a magestade dos Saboyas, a distincção verdadeiramente principesca dos Orléans e a bonhomia affavel dos Braganças se alliaram n'um conjuncto dos mais felizes — o nosso primeiro cuidado foi pedir a El-Rei o favor de nos confirmar aquella noticia dos diarios inglezes.

— Sim — condescendeu gentilmente o Senhor D. Manuel — tenho-me interessado muito pelas instituições de caracter social na Inglaterra, onde, como se sabe, ellas são modelares; tanto as officiaes como as que se devem á iniciativa privada, que são ainda mais numerosas e não menos perfeitas na sua organisação.

Sem hesitações, com uma promptidão e uma justeza assombrosas, como quem estava plenamente senhor de seu assumpto, El Rei ia citando de memoria numerosas cifras, referindo orçamentos, discriminando-os, apreciando em meia duzia de palavras a utilidade social dos institutos a que alludia.

Aproveitamos então uma pausa do Senhor D. Manuel para accentuar bem a intenção que nos levára a solicitar d'El-Rei estas suas impressões.

— Meu Senhor — dissemos — nós os monarchicos, não podemos, na pessoa de V. M. separar do Rei o homem particular...

— Nem eu — acudiu o Senhor D. Manuel.

— E ainda os actos de caracter pessoal de V. M., queremos acreditar que obedecem geralmente a designios de Monarcha.

— Teem razão — atalhou S. M. — e não é senão pensando no meu paiz e nos meus deveres que eu me dedico assiduamente a estes e outros problemas. Devo confessar-lhe que os que se prendem com os assumptos economicos e sociaes me interessam d'uma maneira muito particular. Já me attrahiam vivamente antes d'este interregno republicano. Hoje, porém, importam-me com dobrada razão porque, não tenha duvida, quem vae mais funda e prolongadamente sentir os effeitos d'esse desastre nacional são evidentemente as classes proletarias. Depois d'este terrivel periodo de desorganisação de trabalho, de paralysação economica, d'exhaurimento de todas as fontes da riqueza publica e particular, a Monarchia, que deixára o proletariado industrial e agricola ante as perspectivas de melhoria que a prosperidade lenta mas real e segura do paiz lhe fazia entrevêr, vae encontrar agora essas classes lançadas na mais desoladora miseria. E' uma grave questão, que não póde deixar de constituir uma das preoccupações primaciaes dos politicos monarchicos.

— Eu sei que V. M. já em Portugal trabalhava muito esforçadamente nas questões d'essa natureza...

— Sim; mas em condições tão differentes d'aquellas com que vamos defrontar-nos!... Eu conseguira realmente constituir um nucleo d'estudiosos, uns politicos, outros totalmente alheios á politica, mas todos assignalados pelo seu saber, pela sua competencia technica e pela sua devotação ao bem publico — o Conde de Penha Garcia, D. Luiz de Castro, D. Antonio de Lencastre, o dr. Adolpho Coelho, João Perestrello e varios outros, a quem o paiz tem feito justiça ou a fará, quando souber com quanto desinteresse trabalhavam por elle, sem ruido e sem nenhuma especie de exhibicionismo. Estes trabalhos abrangiam questões de fomento economico, ou então d'assistencia social. Naturalmente, tudo estava ainda muito em principio, comquanto houvesse já elaborada, documentada e classificada uma serie de projectos, a maior parte dos quaes me ficaram nas Necessidades. O que ia começar a tornar-se pratico immediatamente era o das casas baratas, que resolviamos pela iniciativa privada. Na altura em que se deram os acontecimentos de 1910 tinhamos concluido os trabalhos e estatutos para se poder iniciar a construcção d'uma habitação operaria.

— Parece a V. M. que o confronto entre essa recatada solicitude pelo proletariado e aquillo que se tem passado sob o actual regimen com as classes trabalhadoras possa determinar uma certa attitude politica de parte do operariado?

— Em primeiro logar — observou El-Rei — eu não sei qual é em Portugal a politica das classes proletarias. Na Monarchia, isto é, sob um regimen de quasi suffragio universal, que mettia no eleitorado a grande massa d'essas classes, os partidos monarchicos tiveram sempre no paiz maiorias esmagadoras. Como este chamado regimen democratico ainda não consultou, na realidade, o voto popular, não sei as modificações que possam ter-se produzido d'então para cá no taboleiro eleitoral. A verdade é que eu nunca me dei mal, como Rei, com os operarios; e posso assegurar-lhe que se certos defeitos de preparação civica precisam ser corrigidos em Portugal, não é na generalidade das classes proletarias que elles abundam mais. De resto, porém, a meu vêr as questões d'aquella ordem carecem de ser examinadas por isso mesmo que existem, a bem da harmonia social e da prosperidade collectiva, e não com intuitos d'especulação politica. As classes operarias fazem parte da nação como quaesquer outras, entram na composição do Estado e teem n'elle os seus direitos. O mesmo progresso do paiz não póde ser regular e normal, emquanto uma parte d'elle, e exactamente a mais numerosa, não tiver obviado ás suas necessidades economicas e não possuir até um minimo de commodidades. E' necessario assentar em bases solidas a organisação do trabalho, como a da propriedade, como a da industria, como a da familia, como a de todas as instituições e manifestações da actividade social, ou como a de todos os elementos da riqueza publica. Em resumo, pois, a questão especialmente chamada social é uma questão publica como qualquer outra, cujas soluções teem que ser estudadas por motivos d'interesse collectivo como tantas mais, mesmo quando importam designadamente a certas e determinadas classes do Estado.

O proletariado e a Republica

— Se por uma accentuada modificação na tactica do proletariado — continúa El-Rei — a chamada lucta das classes tende já a transformar-se, em muita parte n'uma verdadeira cooperação, feita de mutuas transigencias entre o capital e o trabalho, esse accordo de legitimos interesses e deveres reciprocos teria sido, antes da Republica, excepcionalmente facil em Portugal, onde a evolução das fórmas e dos regimens economicos se fez, desde os mais remotos seculos, d'um modo geralmente pacifico, em contraposição das perturbações que a acompanharam em outros povos.

«Foi a propaganda republicana que sentindo a vacuidade da sua formula politica, aliás inadaptavel ao nosso paiz, procurou, junto das camadas populares, apoiar-se n'uma plataforma economica, constituida, de resto, sobre as mais perigosas noções, as mais absurdas esperanças, os sophismas mais pueris e os promettimentos mais insensatos, ou irrealisaveis. Mas a Republica, depois de ter mostrado ás camadas populares todas estas visões falazes, não lhes deu afinal uma unica realidade — a não ser a da mais violenta e cruel oppressão politica e a da mais dura e algida miseria, que fará, provavelmente abater sobre algumas regiões de Portugal esse flagello da *fome*, até aqui desconhecido, felizmente, da nossa modesta mediania de remediados!

«Politicamente, o governo estabelecido no paiz pela artificiosa aventura de 1910 não outorgou, nem lhe era facil outorgar, ás classes proletarias direitos e regalias que ellas não possuissem dentro da Monarchia constitucional. Não havia em Portugal nenhuma legislação restrictiva de direitos politicos para determinadas classes, nenhum privilegio para outras. Vivia-se n'um regimen d'egualdade perante a lei. Actualmente, pelo contrario, as classes operarias em Portugal soffrem, como o paiz no seu conjuncto, do cerceamento geral das liberdades publicas em proveito d'uma pequena minoria, que é o que tem sido uma das caracteristicas do regimen republicano.

«Sob o ponto de vista economico, tambem nada fez a Republica no sentido de melhorar, nem a organisação e o regimen de trabalho, nem as condições materiaes da existencia do operariado.

«Mas tem feito tudo no sentido de as aggravar. A legislação insensata, elaborada com a mais radical ignorancia dos phenomenos economicos e das suas leis, os desastres economicos e financeiros que tem desencadeado, a sua hostilidade declarada contra todos os fautores da riqueza publica, as proprias palavras levianas, porventura inconscientes mas tão excessivamente repetidas, dos politicos que ali exercem a funcção d'estadistas — tudo isto traduzindo-se na paralysação do trabalho, na desvalorisação da propriedade, no justificado retrahimento do capital, desassocegado e incerto do dia d'amanhã, no depauperamento das forças productoras, em absurdos e exhaustivos augmentos d'impostos e no encarecimento geral da vida — é de molde a lançar as camadas mais desprotegidas

n'uma situação d'angustiosa miseria que póde gerar todos os desesperos.

«Considerando a par d'isto a effervescencia revolucionaria, sem objectivo determinado, que a Republica tem cuidadosamente alimentado no seio das multidões — porque os governos republicanos sabem muito bem que o seu regimen não póde subsistir senão no estado de violencia e emquanto esta durar — deprehende-se que a questão social se nos apresentará amanhã sob um aspecto bem mais difficil e melindroso do que antes da tormenta republicana. Para tratar d'um mal é preciso reconhecel-o em toda a sua intensidade.

«Em todo o caso — concluiu S. M. com um tom muito peremptorio — este problema não póde deixar de ser um dos que constituam as maximas preoccupações da Monarchia quando reintegrada no governo da Nação; e n'outros povos monarchicos, mas só n'esta Inglaterra tão naturalmente democratica, temos exemplos e experiencias que nos inspirem, evidentemente com as modificações exigidas pelas circumstancias especiaes do paiz, sobretudo pelas condições difficeis do Thesouro.»

A questão financeira no presente e no futuro

— V. M. acaba d'alludir a uma questão que é exactamente d'aquellas que os portuguezes encaram com mais vivas apprehensões: a questão de Fazenda. Deixará ella, depois de restaurada a Monarchia, de constituir como agora o pesadelo de todos quantos se preoccupam com os incertos destinos do paiz?

El-Rei meditou um instante a sua resposta — e nós aproveitamos esse momento de silencio para reflectir... que um caudilho revolucionario, em circumstancias analogas, não teria hesitado em prometter ao jornalista um diluvio d'oiro, logo no dia seguinte ao do triumpho.

O Senhor D. Manuel observou, n'aquelle tom ponderado e seguro que imprime ás suas palavras um tão insinuante poder de persuasão:

— O que é verdade é que logo o facto da restauração da Monarchia implicará necessariamente uma reducção muito importante das despezas actuaes. Sem que os serviços publicos tenham melhorado, bem ao contrario; sem que a defeza nacional esteja melhor preparada; sem que a causa da instrucção tenha recebido quaesquer beneficios na organisação ou no material; sem que reformas sociaes tenham absorvido recursos do Estado; sem que se realisassem trabalhos de fomento economico; sem que se construissem, ou reparassem sequer, portos, docas, vias ferreas, estradas, obras d'irrigação; sem que o funccionalismo publico se encontre melhor remunerado; emfim, sem nenhum proveito visivel para o paiz no seu conjuncto ou em qualquer das suas classes, o certo é que as despezas publicas cresceram espantosamente desde o estabelecimento da Republica. Gasta-se mais, devemos mais, a circulação fiduciaria augmentou inconsideradamente e os governantes vêem-se forçados a recorrer a uma tributação extenuante, repetindo funestamente o desacerto do homem da fabula, que matou a gallinha dos ovos d'oiro.

«O que isto significa é que todo esse injustificado excesso de despezas resulta da Republica — das suas necessidades proprias, dos seus processos, dos interesses privados a que ella tem de satisfazer e da incompetencia administrativa do seu pessoal dirigente e da sua burocracia adventicia. Portanto, os dispendios que nasceram com a Republica e lhe são inherentes, acabarão ao mesmo tempo que ella. Como se sabe, só esta verba attinge uma cifra que no nosso orçamento é muito consideravel. O que não poderá todavia remediar-se tão promptamente são os damnos já causados pela administração republicana á situação financeira do paiz. Sob a Monarchia, esta situação não era desembaraçada, mas tambem não dava azo a grandes apprehensões. Tinha passado o periodo do seu aggravamento — em grande parte justificado pelas necessidades imprescindiveis do fomento, pois os governos monarchicos, desde 1850 para cá, isto é, n'um espaço de 60 annos, tiveram que dar ao paiz o que lhe faltava em civilisação material, em commodidades, em meios de communicação e em instrumentos de trabalho, e que era tudo, por assim dizer. Os adversarios do regimen monarchico falam muito na divida legada pelo nosso constitucionalismo, mas não fazem o balanço dos melhoramentos materiaes e reproductivos com que foi preciso dotar apressadamente um paiz que, sahindo d'um longo e tormentoso periodo de guerras e devastações, desde as invasões francezas até ao termo das luctas civis, despertava d'esse pesadelo no meio d'um mundo transformado por mil novas conquistas do progresso. Em pouco mais de dois annos de governo republicano os novos encargos creados a Portugal teem sido n'uma proporção bem mais avultada do que aquelles que contrahiu o regimen monarchico constitucional; veremos, ao finalisar esta aventura, quaes são os beneficios materiaes que a Republica deixa ao paiz em compensação dos sacrificios que lhe exigiu.

«Entretanto, o movimento da nossa regeneração financeira era sensivel nos annos precedentes ao successo de 1910. Não é segredo para ninguem, porque é hoje um facto officialmente documentado, que o governo revolucionario encontrou o Thesouro em condições de relativo desafogo. Nenhum perigo financeiro nos ameaçava. Se alguns erros e abusos se tinham commettido — e não conheço paiz em cuja administração elles não se commettam — a tendencia geral era para os corrigir. Emfim; a questão financeira, sem deixar de ser uma questão nacional do mais alto interesse, não tinha a gravidade d'uma ameaça permanente á fortuna, ao credito, á honra e ao futuro da nação. E por outro lado, como o progresso economico do paiz era incontestavel e constante, a situação financeira, que o reflecte desde que a administração seja cuidadosa, tendia por isso mesmo para uma correlativa melhoria.

«A Republica poderia ter aproveitado a sua excepcional posição de governo revolucionario, de governo de força, para tornar ainda mais desafogadas as condições do erario, restringindo certos gastos e adoptando certas providencias que um governo normal, como eram os governos monarchicos, tem muito maior difficuldade em pôr em pratica. O contrario, porém, é que succedeu. Essa força discrecionaria que as circumstancias lhe outorgaram, tem-na o regimen revolucionario utilisado para augmentar prodigiosamente as despezas e os encargos da Fazenda, em beneficio d'interesses que não são certamente os do paiz. E não ha perspectivas, por mais aterradoras, que o detenham n'este caminho. No fim do ultimo anno a divida fluctuante excedia 91 mil contos, e uma das ultimas situações semanaes do Banco de Portugal dá a circulação fiduciaria em quantia superior a 85 mil e seiscentos contos.

«Todavia, não só persistem os exorbitantes dispendios anteriores, mas incessantemente a Republica imagina outros novos, como se as circumstancias financeiras do paiz fossem brilhantes. Nós faziamos uma administração mais *pot-au-feu*. Não tinhamos as magnificentes commissões de serviço que a Republica outorga, os ordenados esplendidos com que premeia alguns dos seus servidores, mas tambem quando, por exemplo, a circulação fiduciaria se approximava de 70 mil contos, os ministros da Fazenda apertavam as mãos na cabeça e não pensavam senão nos meios de a reduzir sem demora a proporções mais modestas.

— Parece então a V. M. que a situação financeira do paiz é sem esperança?

— Abstenho-me de lhe dizer o que penso da questão financeira portugueza no caso que o governo republicano subsistisse ali com demora. Restaurada, porém, a Monarchia, conseguida desde logo e por esse facto a importante reducção de despezas a que já alludi, coarctados os abusos e desperdicios que o governo republicano não quer nem poderia já impedir, entregues de novo a uma burocracia competente a gerencia e a fiscalisação dos dinheiros publicos, confio em que os governantes monarchicos, que tinham encaminhado o paiz para a regeneração financeira, poderão continuar a sua obra, embora lhes seja necessario vencer as difficuldades novas, creadas pelo desvairamento da administração republicana. Creio que a Restauração, por isso mesmo que ha-de entrar no paiz com força e com prestigio, poderá immediatamente adoptar, sem ferir quaesquer interesses respeitaveis, as medidas que as condições do Thesouro impõem. Uma prudente e avisada politica financeira deverá fazer o resto, sem esquecer que as reformas de fomento economico, e principalmente de fomento agricola, indispensaveis no paiz, devem ter na nossa situação financeira uma repercussão benefica e profunda.

Questões economicas

Quizemos então aproveitar estas ultimas palavras de Senhor D. Manuel II para obter da benevolencia de S. M. alguns esclarecimentos mais amplos sobre o papel exercido por El-Rei na tentativa de resurgimento economico, que se estava realisando no paiz com os mais felizes argurios, quando intercorreu a nefasta aventura republicana.

Por mais que se fale da atmosphera de lisonja, que dizem cercar os Reis, certo é que não existem muitas coisas tão difficeis como apurar com relativa exactidão até que ponto elles influem beneficamente no governo do Estado. Ha muito quem proclame os seus erros suppostos ou reaes; mas a sua obra util é em geral occultada simultaneamente pelos seus inimigos, em nome d'um interesse muito comprehensivel... e pelos governantes em nome d'uma vaidade que não está menos no fundo da pobre natureza humana.

O Senhor D. Manuel II tem sido n'este particular, e até certo ponto, mais feliz do que outros Monarchas. O seu interesse, por exemplo, pelas questões que se prendem com a economia do paiz, era conhecido já antes da revolução republicana.

Depois d'ella, o antigo e illustre ministro das Obras Publicas, snr. D. Luiz de Castro, no seu volume *Credito Agricola Democratico*, publicado em 1911, veio declarar, com uma isenção que lhe faz honra, que algumas das suas notaveis medidas de fomento só puderam vingar devido á intervenção do Chefe do Estado. E um economista dos mais auctorisados da Europa, e tambem dos mais insuspeitos, o Dr. Léon Poinsard, escreve em appendice á sua obra famosa *Portugal Inconnu:*

«Já que as circumstancias permitti-«ram que nos approximassemos d'elle «no momento em que podia considerar-«se senhor do futuro, julgamos ser para «nós um dever constatar e declarar fir-«memente aqui que o espirito de D. «Manoel II era animado das melhores «intenções e do mais vehemente desejo «de exercer intelligentemente e com uti-«lidade para o paiz as suas elevadas «funcções de Rei. Tomára grande e di-«recto interesse pelos nossos estudos «sobre Portugal e empenhava-se em co-«nhecer-lhes promptamente o resultado. «Tivemos de responder minuciosamente «a uma serie de perguntas redigidas «pelo seu proprio punho e que denota-«vam uma intelligencia muito viva e «uma precoce circumspecção de espi-«rito pouco vulgar na sua idade.

«Se lhe faltou o tempo para fazer al-«guma coisa que se visse, se as cir-«cumstancias foram particularmente «adversas e duras para este joven prin-«cipe, impende-nos o dever de lhe fa-«zermos a justiça devida e não deve-«mos lançar sobre elle responsabilida-«des que a outros pertencem.

«Tanto as suas infelicidades como a «sua boa-vontade devem conciliar-lhe «as sympathias geraes.»

Estimulado por estes depoimentos, beneficiámos pois d'um silencio de El-Rei para observar:

— V. M. disse ha pouco que o mesmo grupo de pessoas que trabalhava com El-Rei nas obras sociaes tratava tambem de questões de fomento.

— Preoccupavamo-nos sobretudo de questões que se prendiam com o progresso da agricultura, o melhoramento das suas condições e dos seus processos. Por exemplo, iamos promptamente iniciar no sul as escolas agricolas ambulantes. O methodo era muito engenhoso e impressionante, porque se pensava em cada região, no meio d'uma cultura rotineira, tratar umas leiras de terra pelos processos agricolas mais modernos. O contraste entre os resultados d'uma e da outra cultura era a lição pratica mais frisante e decisiva que se podia dar aos lavradores. Mas o nosso grande projecto era o das obras d'irrigação. E' inutil querer resolver em Portugal, d'uma forma definitiva, o problema agricola, sem resolver o da irrigação, que é fundamental e condiciona inilludivelmente aquelle. Era, pois, n'esse sentido que se dirigiam os nossos esforços. Um dos poucos projectos que não figuram entre os que ficaram nas Necessidades, e que fôram numerosos, está aqui: é exactamente o das obras d'irrigação, elaborado por auctoridades americanas muito competentes.

E El-Rei, erguendo-se, foi com a sua habitual affabilidade buscar entre os seus papeis um maço volumoso, que contém um projecto completo d'irrigação do paiz, com os respectivos estudos detalhados, relatorios, orçamentos, cadernos d'encargos. Mas emquanto eu o passava pelos olhos, S. M. ia citando de cór os seus topicos, as suas conclusões principaes, as suas cifras.

A memoria d'El-Rei — a legendaria memoria dos Braganças — é com effeito prodigiosa, e comprehende-se como lhe seja um inestimavel auxiliar para o surprehendente conhecimento que S. M. tem das coisas publicas.

Este juvenil Monarcha, que ha cinco annos subiu inesperadamente ao throno, conhece os homens e os episodios da politica constitucional, nos seus mais insignificantes pormenores, como se em tudo se tratasse de coisas e pessoas do seu reinado.

Ouve-se El-Rei falar, com uma grande abundancia de detalhes, do incidente parlamentar que deitou abaixo tal ministro. E tem-se a principio a impressão de que foi um ministro do snr. Wenceslau de Lima, ou do snr. Campos Henriques. Não: trata-se de Barjona, de Saraiva de Carvalho ou de Rodrigues Sampaio.

Refere o Senhor D. Manuel passo a passo certa diligencia diplomatica junto do Quai d'Orsay, o que disse o representante de Portugal, o que lhe responderam, que difficuldades encontrou, como se dicidiu a questão. Foi o snr. Conde de Sousa Rosa? Não: foi um ministro plenipotenciario do Senhor D. Luiz I!

E assim como S. M. é uma chronica viva da politica do seu paiz, do mesmo modo é licito dizer sem irreverencia, que El-Rei poderia ser o secretario geral de todas as repartições do Estado: o Senhor D. Manuel conhece com effeito toda a legislação que as rege, citando-a sempre que vem a proposito, e sabe precisamente o estado de todas as questões d'administração em que se fala. Um Chefe d'Estado possuidor d'estas faculdades é o mais precioso collaborador dos seus ministros.

Um grande plano de El-Rei

Notando o enthusiasmo com que o Senhor D. Manuel se referia ao projecto realmente gigantesco da irrigação artificial do paiz que faria só por si a gloria do Rei ou do estadista que a levasse a cabo, não pudémos furtar-nos a murmurar:

— E' deploravel, meu Senhor, que todo esse conjuncto d'esforços se tenha inutilisado no meio d'um vendavel politico!...

— Inutilisado, não — corrigiu El-Rei. — E' uma obra a proseguir, essa do nosso resurgimento economico. Imagino que todo o trabalho dos dirigentes, no sentido d'imprimir á vida economica de Portugal o desenvolvimento que elle póde e merece ter, deverá obedecer a um plano geral, sensato, pratico, exequivel, mas completo e harmonico; e este por seu turno tem como condição um conhecimento aprofundado, consciente e minucioso das condições economicas e sociaes do paiz, em toda a sua melindrosa complexidade.

«Foi com este pensamento que nós promovemos a ida a Portugal do Dr. Léon Poinsard, economista e sociologo eminente, e pessoa auctorisadissima não só pela sua alta competencia scientifica, mas ainda porque, como estranho ao paiz, estava por isso mesmo isento de todas as preoccupações d'escola, de todos os preconceitos da tradição e da rotina que pudessem perturbar a calma e a imparcialidade das suas observações. Chamámol-o como se chama o medico á cabeceira d'um doente, para diagnosticar o mal e lhe prescrever o tratamento. Os seus estudos, que estão em parte publicados, eram destinados a servir de base a todo o nosso trabalho ulterior. Embora sejam incalculaveis os damnos causados á nossa economia publica pelo governo republicano, cuja obra é n'isto como em tudo mais verdadeiramente vandalica, cumpre ter fé no paiz, cujos admiraveis dotes de laboriosidade tenaz e intelligente lhe teem permittido sobreviver a outras catastrophes e resarcir-se dos seus effeitos.

«Deixe affastar-se, com a Republica, o tormenta politica que vinha pesando ha muitos annos na nossa atmosphera nacional, e verá como o paiz entra depressa n'uma convalescença que deve ser o prenuncio do seu rejuvenescimento. O portuguez, subtrahido ás suggestões maléficas a que o temperamento nacional é aliás accessivel, torna-se logo um soberbo exemplo d'energia, de fecundo trabalho e de bom senso. Tal é o caso da nossa admiravel colonia no Brazil. Veja que esplendida obra ella realisa e como tem o sentimento claro das conveniencias politicas da nação, como vê nitidamente os nossos destinos historicos, e com que lealdade, com que intransigencia, com que austeridade, com que inabalavel fé patriotica os serve!

«Nunca por certo, a constituição economica da nação foi tão violentamente atacada nos seus orgãos vitaes, de maneira directa e indirecta, como o tem sido pela ousada incapacidade do governo que existe em Portugal. Mas as sociedades teem quasi sempre uma capacidade de resistencia a estes golpes, além de tudo quanto se prevê. Confiemos em que o paiz retome posse da sua vontade e dos seus destinos antes que o regimen actual lhe suffoque o ultimo sopro de vida. E então cumprirá a todos os bons portuguezes, desde o Rei ao cidadão mais obscuro, dedicarmo-nos á obra de reconstrucção nacional com o fervor, a paixão, o cuidado absorvente com que se entrega á reconstituição da sua fortuna o commerciante ou o industrial arruinado por um incendio, por uma guerra, por um qualquer desastre tremendo e imprevisto.

A Monarchia condição da ordem

— Demais, o restabelecimento economico do paiz virá com a restauração da ordem e da lei, com a reintegração dos cidadãos no goso dos seus direitos publicos e privados, com a paz material e a paz dos espiritos que só podem ser asseguradas pela Monarchia. A questão politica, que é a origem de toda a presente perturbação da vida nacional, não póde desapparecer sob a Republica desde que esta se encontra sobreposta a um paiz monarchico — e sem falarmos mesmo dos processos por que ella pretende impôr-se. Mas essa questão desapparecerá com a Monarchia, desde que esta é o regimen natural do paiz, e desde que por outro lado a experiencia republicana, decepcionando os que estavam illudidos, não deixa de si no paiz senão uma memoria d'oppressões, de horrores, de miseria, de luto e de sangue.

«Não é uma minoria de revolucionarios a todo o transe que poderá sob o regimen monarchico perturbar de facto a tranquillidade nacional, logo que deixaram d'existir todos os pretextos para conceder á sua propaganda e aos seus actos os favores extra-legaes do tempo antigo. E como estes não podem nem devem continuar, essa propaganda é inane.»

Como solicitassemos da benevolencia de El-Rei as suas impressões sobre o que incessantemente se escreve na imprensa europeia e o muito mais que consta relativamente ao nosso dominio colonial, S. M. tomou de subito uma attitude reservada e disse, com manifesto desejo de poupar as suas palavras:

— Dos povos que originariamente se entregaram aos descobrimentos e á conquista, houve um só que conservou até agora a sua situação de grande potencia colonial. Foi exactamente o mais reduzido em territorio metropolitano, o que menos elementos de força possuia para entre as nações impôr a sua vontade e os seus direitos: foi Portugal. Este prodigio realisou-o o nosso paiz com a Monarchia, e desvaneço-me de que a politica externa da casa de Bragança tenha collaborado n'elle, auxiliando a obra dos guerreiros, dos administradores e dos diplomatas. Os factos dirão se a Republica conserva até o fim o nosso imperio colonial, tal como o encontrou ao tomar conta do poder...

A perseguição religiosa

Abstendo-se El-Rei de proseguir sobre aquelle melindroso assumpto, pareceu-nos então interessante escutar S. M. a respeito d'uma das mais caracteristicas feições da Republica, a da oppressão da fé religiosa.

— A tentativa d'exterminar em Portugal o sentimento religioso — disse El-Rei — terá a mesma sorte d'outras analogas que em varios tempos e paizes a teem precedido, e que nunca serviram senão para comprovar a impotencia dos homens perante o inaccessivel da crença divina, provocando ao mesmo tempo, inalteravelmente, um rejuvenescimento da fé e do culto. Eis o que a lição da Historia deveria ter ensinado aos debeis inimigos de Deus. O mal que estas perseguições comportam não recae sobre o catholicismo, mas sobre a sociedade nacional, que ellas agitam, perturbam e atribulam.

«A propria classe ecclesiastica, a troco de soffrimentos profundos, é certo, mas ephemeros, não tem com estas violencias senão a ganhar em prestigio e em ascendente moral, quando sabe supportal-as com a dignidade e o desassombro de que na generalidade tem dado prova o clero portuguez. Os exemplos d'abnegação, de coragem e devotação á sua fé, dados ao paiz por esses modestos sacerdotes que ao protrahimento do seu dever e dos seus juramentos preferem as privações, o exilio, a prisão e as coacções de toda a ordem, são dos mais louvaveis que a sociedade portugueza tem recebido durante este periodo d'experiencias. O regimen que vigora em Portugal é inimigo da liberdade de consciencia como de todas as liberdades, inimigo da crença religiosa como de todos os sentimentos ou todas as concepções da vida que tenham um conteúdo moral, e inimigo da Igreja como de todas as instituições que, pela sua vitalidade, pela sua cohesão, pela sua resistencia organica, estejam no caso de difficultar o trabalho de dissolução social que constitue manifestamente um dos designios fundamentaes d'aquelle governo. O desfecho d'esta lucta mostrará, mais uma vez, que as forças que dominam a alma e as que vivificam as sociedades acabam por se sobrepôr sempre ás tentativas de microscopicos agentes destruidores.

— Evidentemente, meu Senhor, feita a restauração, a situação creada á Igreja pelo regimen republicano será examinada?...

— Restabelecido o imperio da lei, serão dadas sem duvida todas as reparações devidas — concluiu El-Rei.

Os mortos, os presos, os exilados

— E quantos outros aggravos, quantos outros maleficios, quantos abusos e violencias a reparar!... — exclamámos, dando curso a uma série de melancolicos pensamentos que as ultimas palavras do Senhor D. Manuel nos tinham despertado.

— Quantos! — confirmou S. M. cuja physionomia se assombreou, como se perante o seu espirito tivesse apparecido de subito a visão amarga de todas as ruinas e de todas as desditas que estes dois annos e meio d'inepto e perverso despotismo teem accumulado em Portugal.

E depois de deixar vaguear um momento pela sala o seu olhar que uma nuvem velava, El Rei proseguiu, fitando no parque os braços desnudados e negros do arvoredo, immoveis sob o ceu immovel:

— E quantos tambem que a acção dos homens não póde já reparar!... Lembre-se d'aquelles honrados e benemeritos portuguezes, a maior parte humilissimos filhos do povo, que pela redempção da sua Patria e pelo triumpho das suas crenças fôram morrer como heroes no campo da batalha, á sombra da Bandeira Portugueza que tanto amavam e á qual não hesitaram em fazer assim, com a maior das abnegações, o maior e derradeiro dos sacrificios! E os que jazem nas cadeias ou lá teem passado longos tempos de cruciantissimo soffrimento, sujeitos a todas as atrocidades d'um regimen que não tem igual no mundo culto e tudo supportando com uma altivez e uma dignidade tão exemplares que assombram os seus mesmos algozes, quem lhes dará reparação do martyrio de que teem sido victimas e da miseria ou das dôres que se apoderaram dos seus lares?

«E aos que teem tido que procurar na tristeza do exilio um refugio contra as prepotencias que os ameaçavam na sua terra? E todos os damnos, todas as affrontas, todos os infortunios moraes e materiaes que tem espalhado de norte a sul do paiz uma inexoravel tyrannia cujas malhas se estendem até as mais remotas aldeias, quem poderá dar d'elles reparação ás suas victimas? Se outros signaes não houvesse da inadaptabilidade da Republica a Portugal, para se avaliar como ella é completa bastaria medil-a pela somma de violencias que o governo revolucionario tem que commetter para ir vivendo. E quer um outro symptoma da incompatibilidade da Republica com o paiz? E' a hostilidade irreductivel que lhe manifesta a mulher. A mulher portugueza é um sêr essencialmente sentimental e familiar, a quem a politica nunca interessou; e todavia a sua reluctancia pela Republica é ostensiva, e não é raro manifestar-se d'uma maneira mais nitida, mais declarada e mais activa do que até mesmo a dos homens. Ora só os governos execrados e inseguros é que precisam de se impôr pela crueldade!

A Monarchia em Portugal

— Precisamos governar com o coração...

— Decerto — concordou S. M. — Mas tambem muito com a cabeça, e em todo o caso sem quebra da necessaria energia na defesa da ordem social. O que se tem passado n'estes dois annos e meio, e as reconsiderações que tudo isso provoca, faz vêr quanto eram injustas, sob todos os pontos de vista, as accusações dirigidas contra a politica e a administração da Monarchia por uma propaganda de meras affirmações, que encontrava facil presa no espirito d'um povo naturalmente impressionavel e sem educação.

«Não quero dizer que não haja erros a corrigir, habitos a modificar, iniciativas a afervorar, melhoramentos a introduzir na legislação e nos costumes. Demais, qual é o povo que n'um dado momento se póde considerar inexcedivelmente bem governado? Porém, se na administração monarchica se tivessem perpetrado os abusos e até os delictos que a propaganda revolucionaria lhe assacava, todos esses factos não teriam deixado de ser descobertos, comprovados, e os seus auctores punidos, pelas numerosas syndicancias nas repartições do Estado, que logo decretou o governo revolucionario. E todavia, apesar de não faltarem aos syndicantes nenhuns meios d'investigação nem de prova, e apesar tambem do ardor e boa vontade com que trabalharam, o resultado d'essas syndicancias póde dizer-se que foi nullo. Emquanto á competencia governativa dos estadistas da Monarchia, a simples recordação dos nomes e da obra de tantos d'elles em meio da perspectiva que offerece o actual mundo politico portuguez, basta para lhes provocar nos espiritos imparciaes o respeito, e, em muitos casos, a admiração que merecem.

«Se se percorrer a obra governativa e parlamentar dos politicos monarchicos, mesmo só nos ultimos annos, ali se encontrarão, convertidos ou não em lei, muitos diplomas e muitos pensamentos de governo de incontestavel alcance. A sua repercussão, a sua discussão e a possibilidade de os levar a effeito eram porém contrariadas, principalmente, pela circumstancia de se encontrar a attenção publica desviada d'esses assumptos vitaes e praticos e attrahida pelo ruido d'uma contenda relativa á questão da fórma de governo. Esta questão, porém, perde toda a razão de ser com a fallencia cabal da tentativa republicana. Tem o paiz homens de governo, especialistas e technicos, dos quaes se tem o direito d'esperar uma proficua acção dirigente, desde que esta encontre o *meio* que as circumstancias difficultavam em outro tempo, e que totalmente lhe negam hoje sob um regimen politico além de tudo o mais artificial.

«As instituições politicas e sociaes de cada povo são uma creação sua, que não póde ser destruida pelos caprichos ou pela ambição dos homens; estes apenas podem influir no sentido d'aperfeiçoal-as e adaptal-as á evolução das ideias e dos costumes, sem comtudo as desnaturarem. Não tem a nação portugueza creação sua mais propria do que a Monarchia, que foi sempre em Portugal um regimen de caracter eminentemente popular. Os acontecimentos capitaes e decisivos da historia da nação representam simultaneamente factos da historia politica do regimen e até das proprias Casas Reaes — e factos igualmente felizes ou infelizes para estas e para o paiz.

«O nascimento da primeira dynastia quer dizer a fundação d'uma Patria Portugueza; o genio d'um Infante D. Henrique fructifica para o paiz nas glorias mais triumphaes e nas mais deslumbrantes riquezas, que o tornam uma das mais fortes e respeitadas potencias; a bella morte de D. Sebastião, sem descendencia, na heroica jornada d'Africa, implica a perda da independencia nacional: a restauração d'esta exige a elevação da dynastia de Bragança. E ultimamente, a

actual solução de continuidade na vigencia do regimen monarchico logo importou para o paiz um periodo de servidão, d'anormalidade na vida politica e social, de decadencia moral, financeira e economica, de desprestigio, de degradações, desastres e perturbações de toda a ordem. A intima união do paiz com a Monarchia, nas prosperidades como nas vicissitudes, é uma lei historica da nossa nacionalidade.

Quadro da situação nacional

— Os povos, meu Senhor, costumam ser pouco sensiveis ás lições do passado, e já um grande sociologo observou que o effeito d'uma experiencia politica nos sentimentos e opiniões collectivas não vae além da geração que a soffreu. Mas isto nos basta para suppôrmos que o povo portuguez tem, ao menos n'este momento, uma noção pratica e viva das differenças de facto, que existem em Portugal entre o regimen monarchico e o regimen republicano...

— O contraste — acudiu El-Rei — não poderia ser mais frisante, nem mais eloquente na sua significação. E' um caro ensinamento, mas é a mais impressiva *lição de coisas* que podia ter soffrido o nosso infortunado paiz. A um systema politico e administrativo de caracter electivo fez-se succeder um regimen puramente despotico, em que tanto os membros do chamado parlamento como as corporações d'administração local são de nomeação. Já os proprios politicos republicanos declararam que não houve senão um simulacro d'eleição quando se tratou de formar a camara Constituinte, que foi todavia a que sanccionou em nome do paiz o acto revolucionario e que actualmente desempenha ali o papel de poder legislativo. Emquanto ás corporações municipaes e ás outras entidades d'administração local, para essas não se simulou sequer a eleição, sendo os seus membros escolhidos e nomeados discrecionariamente pelo poder executivo. E' este o systema governativo caracteristico dos regimens autocraticos.

«E se a intervenção do paiz na gerencia dos negocios collectivos ou na sua fiscalisação por intermedio dos seus eleitos se encontra assim abolida, igualmente elle a não póde exercer pelos outros meios de que usam os povos livres, pois não existe a liberdade de reunião, nem a liberdade d'imprensa, dependente como se encontra o direito de circulação d'um jornal do criterio exclusivo do mais modesto e inculto agente da auctoridade — nem sequer a liberdade d'exprimir particularmente uma opinião sobre a marcha das coisas publicas, sendo frequentemente encarcerados cidadãos por tempo indefinido, sob a unica inculpação official de terem «falado mal da Republica» ou «censurado os actos do governo». Nenhum confronto soffre esta situação inverosimil com a amplissima liberdade de critica que se desfructava sob a Monarchia. Sempre a independencia do poder judicial foi, mais do que um principio de lei, um dogma do nosso systema monarchico constitucional. Essa independencia deixou d'existir com a Republica, na legislação como nos factos. Não sómente se crearam para os delictos politicos tribunaes *ad odium* e de nomeação, funccionando segundo um systema de leis d'excepção que invertem todos os principios juridicos e annullam todos os direitos da defesa: a propria justiça civil foi posta á mercê das imposições, caprichos e interesses da politica, confiando-se por lei a sua fiscalisação, a carreira e a sorte dos magistrados ao arbitrio dos infimos agentes do poder executivo.

«O aggravamento da situação financeira é patente e está repetidas vezes confirmado pelas declarações e pelos dados numericos officiaes. O commercio está paralyzado, a industria agonisa e a agricultura, que já soffria de tantas causas de depressão economica, entra n'uma era calamitosa, provocada por uma nova tributação exhaustiva. A propriedade, por virtude d'este aggravamento d'impostos e das incertezas que lhe cria a hostilidade declarada dos governantes, immobilisa-se e desvalorisa-se aterradoramente, emquanto o capital procura fóra do paiz collocações mais seguras e rendosas.

«A miseria do operariado e das populações ruraes, conjugada com o mal-estar proveniente das perseguições politicas e religiosas, arremessa para fóra do paiz prodigiosas multidões. O anno de 1895 ficára memoravel por ter n'elle a emigração attingido o numero enorme, e de todo o ponto excepcional, de 45.000 pessoas: no ano ultimo a emigração, segundo o que está avaliado, foi pelo menos de 120.000! Em certas provincias, aldeias inteiras ficaram desertas.

«Na generalidade o portuguez ganha hoje menos do que antes da terrivel crise economica provocada pela Republica e tem a vida mais cara, pagando ao mesmo tempo mais impostos ao Estado.

«A defesa nacional, por factos d'ordem moral e material, encontra-se anarchizada e em estado de extrema indigencia. As reformas d'instrucção lançaram esses serviços n'uma confusão inextricavel. A burocracia foi desorganisada pela introducção nos seus quadros, desde os cargos mais altos aos mais modestos, d'individuos sem tirocinio nem qualquer especie de competencia, tendo sido a simples qualidade de revolucionario considerada officialmente como um titulo de preferencia na admissão ás funcções publicas.

«Nas colonias, as rebelliões tomam um caracter endemico, recusando-se a maior parte dos povos guerreiros do nosso ultramar a reconhecer e acceitar a bandeira republicana e a manter fidelidade a um regimen em que não existe a entidade que para elles symbolisa tradicionalmente a soberania, e que é o Rei. Emfim, emquanto ao nosso prestigio internacional, julgo inutil accentuar que elle não é o mesmo de ha tres annos. Os factos, infelizmente, nol-o relembram a cada instante. E sobre este paiz assim despedaçado, a desordem, o terror, o despotismo dos governantes e o da demagogia que os apoia reinam como lei suprema. Eis o que a Republica fez da nossa Patria; eis o que os portuguezes lucraram moral e materialmente, com a intercorrencia d'um periodo republicano nas paginas da sua historia! Ainda é necessario que a obra da Monarchia no paiz offerecesse uma grande solidez, para que elle tenha podido resistir a tão numerosos e violentos fautores de destruição!

Uma declaração politica d'El-Rei

— O nosso paiz — permittimo-nos então observar — é um milagre desde o dia d'Ourique. A cada uma das suas crises mais agudas e mais alarmantes sobrevém logo uma era d'esplendido rejuvenescimento. Por isso tambem, todos nós esperamos que V. M. inaugure ainda no seu throno uma época de regeneração e de prosperidades para a Patria portugueza.

— Tambem — retorquiu S. M. — é só assim que eu desejo e espero occupar o throno.

E o Senhor D. Manuel, que fala da grandeza da Patria no tom em que um sacerdote fala da gloria do seu Deus, pareceu aqui imprimir ás suas palavras um cunho ainda mais solemne, para dizer:

— Seriam muito injustos os que pensassem que eu ambiciono voltar a Portugal só para occupar officialmente a minha situação de Rei. Nada ha que compense na magistratura real as responsabilidades, os deveres e os encargos que ella comporta. Não quero ser Rei senão para continuar a servir o meu paiz como já procurei fazel-o, e agora pondo n'esse serviço os novos fructos d'uma experiencia mais longa. O meu reinado começou ha cinco annos, mas dentro d'elle eu tenho vivido muitos mais; o que não quer dizer que não me sinta bem em plena mocidade, para pensar com enthusiasmo na obra de redempção da Patria, que constitue o objectivo da minha vida.

— Essa empreza, meu Senhor, precisa ser dirigida por uma cabeça de homem experimentado, mas afervorada por um coração de vinte e cinco annos. V. M. está nos dois casos. Eu agradeço muito a V. M. a honra que acaba de me conceder: muito por mim, mas muito tambem pelas conveniencias da causa monarchica. As commoventes e patrioticas palavras de V. M. são bem as d'um Rei, que não pensa senão em ser Rei.

O Senhor D. Manuel fitou em nós então o seu olhar, que em certos momentos adquire como que uma força extranha de penetração, e accentuando muito as suas primeiras expressões disse pausada e gravemente:

— Não ha monarchico algum que não saiba do meu interesse constante e absorvente pela causa da restauração da Monarchia em Portugal. Esse interesse devo-o á Patria, cuja felicidade, hoje mais do que nunca, considero que tem como condição a Monarchia; devo-o á dynastia que represento, devo-o aos que morreram pela nossa causa e a todos que por ella se teem batido, sacrificado e soffrido, e devo-o a mim proprio e ao meu nome. Não julgarei cumprida a minha missão para com a Patria emquanto esta, depois de libertada da incomportavel tyrannia que a opprime e arruina, não tiver readquirido a paz de que precisa e entrado na éra de ordem e de progresso fecundo e laborioso que lhe deve estar reservada e que ella tanto merece depois d'estas dolorosas provações!

Assim fallou o Rei de Portugal, representante d'aquelle principio para o qual se voltam com saudade e com esperança os olhos d'um povo desventurado, e objecto elle proprio dos anhelos d'um paiz que sempre encontrou no Senhor D. Manuel II, a par da mais devotada e intelligente dedicação pelos seus interesses, aquelle poder benigno e affavel que em Portugal capta os corações antes de se impôr pela força auctoritaria e rispida.

Possam os votos patrioticos do juvenil Monarcha ser escutados pelo Destino mais soberano ainda; possa o Senhor D. Manuel II vêr realisado o sonho generoso que lhe enche e lhe doira os dias do exilio, para o que não lhe falta nem talento, nem saber, nem energia de vontade: — o grande sonho de ser um grande Rei!

A gloria dos Reis é feita da grandeza da sua Patria.

Annibal Soares.

Falta de espaço

Por motivo do grande espaço occupado pela entrevista com El-Rei, vimo-nos obrigados a retirar d'este numero alguns artigos e varias secções, que publicaremos no numero immediato.

ECHOS

De mal a peor

Detestamos dar conselhos, e detestamol-o porque dar conselhes é pouco mais ou menos o mesmo que dar uns oculos a uma gallinha para lêr os artigos do sr. Antonio José d'Almeida.

Mas apezar d'isso não resistimos hoje á tentação de dar um conselho ao sr. Paulo Osorio, usando, abusando talvez mesmo, da liberdade que nos dá o facto de com elle termos lidado em defeza das mesmas ideias, da mesma politica e até do mesmo politico.

E esse conselho é o seguinte: Esteja o sr. Paulo Osorio algumas semanas sem escrever, nem artigos, nem cartas, nem sequer bilhetes postaes. Distraia-se, descanse, passeie, leia, veja bonecas, coma pevides torradas, deite-se cêdo, levante-se tarde, tome tonicos... E deixe que lhe passe esse abatimento intellectual e esse desarranjo moral que o fizeram dizer inexactamente que os monarchicos tinham publicado um folheto em que se pedia a intervenção de Affonso XIII; que o levaram á affirmação gratuita de que muitos dos exilados realistas declaravam que *antes Affonso XIII que Affonso Costa;* que o impediram depois de provar a sua declaração dizendo quem eram esses exilados e que, por fim, o despenharam lamentavelmente n'aquella deploravel carta á *Capital* que tinha todos os caracteristicos de uma denuncia, pois que, se o não era de facto, era-o na intenção.

O sr. Paulo Osorio precisa descançar, com toda a sinceridade lh'o dizemos.

Se teima em continuar escrevendo artigos ou cartas, ou mesmo simples bilhetes postaes, sem ter descançado o espirito e desanuveado o cerebro, não sabemos até onde irá, tão de mal a peor tem ido.

Olhe o illustre jornalista que foi assim que o sr. França Borges começou.

Quando ainda era de mama, o director do *Mundo* não era nada do que é hoje. Não fazia affirmações calumniosas, não dizia tolices, não escrevia artigos. Emfim, era uma creatura muito estimavel.

Depois, com os primeiros passos, começou a fazer tolices. Não lhe foram á mão, nem elle teve mão em si, e foi indo sempre peor, a peor...

Hoje é o que se sabe.

O sr. Paulo Osorio está agora como estava o sr. França Borges quando começou dando os primeiros passos. Se não tem mão em si... adeus, Annica!

E é uma pena, com verdade o dizemos. E' uma pena porque o sr. Paulo Osorio tem incontestaveis qualidades de escriptor; é um excellente rapaz; tem deante de si um lindo futuro, pois póde muito bem vir a ser ainda segundo official dos Proprios Nacionaes, e mesmo, — quem sabe? — talvez chefe de repartição.

Continuando assim é que não faz nada e póde muito bem arranjar uma embrulhada tal que quando se quizer vêr livre d'ella não encontra sahida.

Desculpe-nos o sr. Paulo Osorio se lhe fallamos com esta franqueza, mas somos a isso levados pelo muito gosto que teriamos em que não viesse a chafurdar nos processos seguidos pelos jornalistas republicanos, quem, como S. Ex.ª, teve a honra de, como jornalista, pertencer a um partido cuja imprensa póde e deve ser apontada como tendo sabido em todas as circumstancias cumprir honradamente o seu dever e seguir sempre, mesmo em meio das mais ardentes luctas e em face dos mais indecorosos ataques, processos de absoluta correcção e dignidade.

Quem está no poder?

Um jornal, — não sabemos qual nem sabemos de onde, porque d'elle nos enviaram apenas a *coupure* sem indicação de titulo, — noticiando a suppressão de dois jornaes, pergunta quem está no governo, se Affonso Costa, se João Franco?

Está o sr. Affonso Costa. Não tenha a esse respeito a menor duvida o jornal em questão.

Está o sr. Affonso Costa e a nossa pena é que se não possam arranjar as cousas de fórma a que elle continuasse a estar no governo para aquelles que tão cegos andam que se esquecem do que, se não fosse a guerra que logo de principio moveram ao governo João Franco, *nada do que succedeu teria succedido* e não estaria o paiz a estas horas na situação em que está.

Muita vez temos ouvido, depois da Republica, affirmar-se que João Franco é que tinha razão. Ah! se tinha!...

Pena é, repetimos, que se não possam arranjar as cousas de fórma que os que ainda perguntam se é João Franco ou Affonso Costa que está no poder fiquem de vez governados pela Republica e apenas aos outros caiba o serem governados pelo que ha-de substituir isso que para ahi está.

E' pena, é, porque assim não ha remedio senão irmos supportando todas as consequencias do que fizeram e fazem os do genero que tal perguntam, emquanto as circumstancias não permittem que até esses proprios beneficiem d'uma mudança completa da situação do paiz.

Jornaes

Foi supprimido por ordem do governo o *Grito do Povo*, brilhantissimo semanario que, sob a direcção do illustre jornalista, sr. Alberto Pinheiro Torres, se publicava n'esta cidade.

Não sabemos bem que pretexto allegou o governo para a suppressão, mas se não estamos em erro o pretexto foi... nenhum. Nem de pretextos sequer entende precisar o governo para supprimir jornaes.

Ha pouco tempo supprimiu a *Alvorada*, agora supprimiu o *Grito do Povo*, amanhã supprime outro jornal, e quando se lhe pergunte porquê, o orgão do governo que vem a sêr o *Mundo*, propriedade do sr. Grandella, dirigido pelo sr. França Borges, e inspirado pelo sr. Affonso Costa, responderá com aquel-

la vehemencia que todos lhe conhecem, o que sempre tem respondido quando se lhe pergunta porque se fez isto ou aquillo: *nada*.

Nós não protestamos, é claro, contra a violencia exercida contra o *Grito do Povo*, como não protestamos contra o que se praticou em prejuizo da *Alvorada*.

A publicação de um jornal implica a existencia de um certo numero de pessoas interessadas na sua leitura e na sua publicação. A suppressão do *Grito do Povo* implica, pois, um acto contrario aos interesses e aos desejos de um certo numero de conservadores, como a suppressão da *Alvorada* representou um acto contrario aos interesses e aos desejos de um certo numero de radicaes. E esses dois actos representaram um attentado, que é uma grave ameaça para todos os que por esse paiz fóra entendem ter o direito de expôr as suas opiniões e os que entendem ter o de as lêr.

Consta a alguem que, á parte as cartas de protesto dos directores dos jornaes supprimidos e a meia duzia de palavras com que duas ou tres gazetas verberaram a violencia, algum outro protesto vagamente sequer se esboçasse?

Não consta.

Para que havemos, pois, de estar com protestos nas nossas columnas, se o mais que conseguimos com isso é que o publico ao lernos diga com os seus botões que effectivamente foi uma grande violencia... e recolhe logo a casa porque a noite está um tanto fresca?

Não protestamos, pois, limitando-nos a fazer votos porque se não lembre o governo de supprimir o *Diario de Noticias*, que é o unico jornal, cuja suppressão o publico consideraria realmente um attentado contra o qual devia protestar.

E apenas porque isso lhe causava varias difficuldades na procura de uma cosinheira ou na escolha de um quarto mobilado.

Porque seria

O *Mundo* n'um dos seus ultimos numeros sae-se com esta desanda:

«Ha creaturas com cara de gente, dando a impressão exacta de monstruosidades antropologicas inacreditaveis. E' necessario observal-as nos seus actos, para que as julguemos existentes. Do contrario pareceriam incriveis, tão profunda é a sua leprosa maldade, tão intrinseca é a infame sordidez da sua alma! O nojo que ás vezes por ellas se experimenta, mesmo a conveniente distancia olhadas, até consegue ser invencivel pelo enorme desprezo que naturalmente provocam. N'ellas nunca fecundou a graça de uma delicadeza, nunca de suas almas gafadas germinou a flôr de um nobre orgulho. Arrastam-se como reptis nas commodas sombras mordendo e sujando com o seu visco repellente a terra má onde rastejam. Creaturas promptas para tudo, principalmente, para tudo que fôr infame. E se as açulam á injuria, então a vileza é completa: — os peitos abrem-se-lhes e lá dentro, em logar do coração vêem-se cloacas. Que miseraveis!»

Uns dizem que esta prosa é do sr. Grandella, proprietario do *Mundo*, que a escreveu contra o sr. França Borges; outros dizem que é do sr. França Borges, director do *Mundo*, que a escreveu contra o sr. Grandella, por este, enfurecido, ter mandado vender o predio em que está installada a gazeta.

Nós estamos em crêr que não é nada d'isso. N'aquella prosa trata-se pura e simplesmente de traçar, em linhas rapidas, a physionomia do partido democratico.

E, justo é dizel-o, o perfil é tudo quanto ha de mais exacto.

Feito com uma grande grosseria, é certo, mas com perfeita fidelidade.

Prophecia lugubre

Com este titulo publica o sr. Machado dos Santos, no *Intransigente*, um artigo do qual tomamos a liberdade de transcrever estas palavras:.... *começando-se a respirar já uma atmosphera identica áquella que levou o dr. Julio de Vilhena, no tempo da Monarchia, a declarar publicamente que se caminhava* **para uma revolução ou para um crime.** *E caminha-se para uma e outra cousa, porque não é impunemente que se investe contra um povo inteiro....*

No final do artigo tem o sr. Machado dos Santos este curioso periodo: *Quando nos quedamos a pensar o que será o dia de amanhã trememos pelos destinos da Patria e da Republica; e quando a nós proprios a quem tomará a Historia severas contas pela perda da autonomia de um povo, o nome do dr. Manuel Arriaga nos acode aos labios, sendo esse infeliz velho, — pela sua falta de energia e de acção, quem ha-de carregar com o pezo esmagador da maldição de nossos filhos.*

Não se preoccupe o sr. Machado dos Santos, que para aguentar esse pezo esmagador ha-de o sr. Manuel de Arriaga ter numerosa e illustre companhia.

Mas não sejamos tão lugubres e não vamos até ao ponto de recearmos a perda da nossa autonomia.

Ainda temos a esperança de que, antes de a tal extremo se chegar, os pontapés que lhe está dando o sr. Affonso Costa acabarão por acordar o paiz.

E é natural que o paiz acordado faça melhor figura de que a que tem feito a dormir.

O que póde succeder, — e então n'esse caso teria razão o sr. Machado dos Santos na sua prophecia, — é que ao paiz aconteça o que aconteceu áquelle amigo do sr. Antonio José d'Almeida, que tendo adormecido vivo, acordou... morto.

Mas isso é muito raro.

Registando

A *Lucta*, que ainda ha pouco ao serem demittidos de varios logares correligionarios seus, a respeito de quasi todos disse, que taes logares tinham acceitado com sacrificio e por dedicação á republica, — declara agora, a proposito da pretensão do sr. Caldeira Queiroz de occupar o logar de director da Penitenciaria, — que se *acceita um logar pelo que elle rende, mas tambem se acceita porque elle cathegorisa, e estabelece ou cria vantagens, de futuro, para aquelle que o exerceu gratuitamente.*

São estas as unicas razões que a *Lucta* encontra para que se acceite um logar. Vale a pena registal-o para se poder devidamente apreciar os artiguinhos com que o jornal camachista vae qualquer dia d'estes referir-se á demissão de tres correligionarios seus que, prophetisamos-lh'o sem estarmos nos segredos dos deuses, vão para o meio da rua.

Mais outro

O sr. Guy de Cassagnac lá publicou agora novo artigo na *Autorité* contra o sr. João Chagas, ministro da Republica Portugueza junto do governo da Republica Franceza.

O artigo é muito violento, talvez mesmo mais do que foi o primeiro, mas não é tão bem feito.

Isso é claro não fez mossa ao sr. João Chagas, nem preoccupa o sr. Guy de Cassagnac.

Entre os dois parece estar travada uma formidavel lucta... de teimosia.

O sr. Cassagnac teima em crivar de offensas o sr. João Chagas.

O sr. João Chagas teima em ser de gesso.

E tanto um como o outro são tão teimosos que estamos a vêr que irão passando mezes, annos, seculos sem que o sr. Cassagnac desista de dirigir as mais violentas e graves injurias ao ministro portuguez em França, e sem que o sr. João Chagas, pela sua parte, desista de aguentar a pé firme e sem pestanejar as offensas que lhe faz o jornalista francez.

Comtudo talvez não fosse muito disparatado tentar pôr termo á questão entre aquelles dois teimosos.

Mandando retirar o sr. João Chagas de Paris?... Nem por sombras. O melhor é deixal-o lá estar. Tinham de mandar para lá outro, e como podia muito bem succeder que fosse do mesmo genero, o melhor é deixar lá estar aquelle mesmo.

Assim ao menos póde-se suppôr em França que elle é o unico no genero, que ha cá na terrinha.

Mas como acabar então com a teima?

Ora!... pedindo ao sr. Cassagnac que deixe em paz o pequeno.

Já viu que elle não é para essas cousas, para que ha-de estar a teimar?

As pettas pittorescas

No parlamento o deputado sr. Francisco Cruz, a proposito de uma trapalhada u'uma junta medica militar, disse que determinado medico não honrava a farda que vestia, pois não tirou nenhum desforço pessoal do seu accusador.

O sr. Barbosa de Magalhães, tambem deputado, declarou que o tal medico militar não tirará o desforço pessoal de jornalista que o accusou, porque não teve meio de encontrar o jornalista em questão, por mais que o procurasse.

Em seguida o sr. Brito Camacho lamentou que para o Parlamento se trouxessem questões d'aquella ordem que só servem para provocar a indisciplina e para agitar as sessões.

O sr. Marques da Costa, que levantará a questão, encavacou e disse: *Ah! se é assim, eu saio!*

E juntando os papeis que tinha sobre a carteira, dispoz-se a sahir da sala, o que lhe impediram varios amigos.

Deve confessar-se que tudo isto a perto de quatro mil reis por cabeça, e demais a mais, ôca... não é caro!

Prudencia

O *Intransigente*, respondendo á *Lucta*, pretende que o governo da Republica Portugueza deve, por uma acção diplomatica, fazer com que o governo francez puzesse termo á violenta campanha de alguns jornaes parisienses contra o sr. João Chagas, ministro em Paris.

Tomamos a liberdade de lembrar ao *Intransigente* que o seguro morreu de velho e que a Prudencia foi ao enterro.

O melhor portanto é não mexer muito n'essa historia.

As disposições do governo francez já o sr. João Chagas as conheceu por aquellas duas tremendas bofetadas sem mão que foram as duas successivas revogações da ordem de expulsão contra os srs. Christos, pae e filho, e todos os dias as está sabendo por pequeninos nadas que veem a ser, como dizia o outro, *grandissimos tudos*.

Metter-se o governo portuguez directamente na dansa, não é prudente. Póde crel-o o jornal que o sr. Machado dos Santos dirige.

A boa tactica da parte da Republica Portugueza, em face dos jornaes estrangeiros, é contentar-se em que lhe não façam desconsiderações. Pretender mais, isto é, reclamar que lhe deem provas de consideração, é imprudente.

Se ainda não estão doidos de todo... não caiam n'essa.

Como elles se levam

O Senado approvou ha dias que não fosse abonado o subsidio aos membros do Parlamento nas sessões a que faltassem, embora fosse por motivo de doença.

Poucos dias depois como se visse que os illustres legiladores, para não perderem o subsidio e ao mesmo tempo não estarem com maçadas, se retiravam do Parlamento logo em seguida á primeira chamada, á qual apenas assistiam para não deixarem de receber o dinheiro da sessão, foi proposto pelo sr. Anselmo Xavier que não fosse pago o subsidio aos membros do Parlamento que não respondessem á segunda chamada, embora tivessem respondido á primeira.

Essa proposta ficou para segunda leitura e não sabemos se, posta á votação, será approvada. E' possivel que não.

Mas se o fôr, não tenham duvidas de que os senadores e os deputados passarão a assistir ás duas chamadas e... a retirar-se logo depois da segunda, o que naturalmente levará o sr. Anselmo Xavier a fazer outra proposta: a de que se façam novas chamadas de meia em meia hora, não se pagando o subsidio a quem não responder a todas ellas.

Assim se conseguirá talvez, pois, que se a dinheiro aquella gente se leva, que senadores e deputados, não diremos assistam ás sessões, mas andem por alli perto para se apresentarem ás chamadas.

E' possivel porém que n'essa altura alguns senadores ou algum deputado proponha que... o subsidio seja augmentado, em vista d'elles já não poderem, sem perda do rico dinheirinho, deixar de estarem presentes.

Inutil é dizer que a proposta será approvada por unanimidade.

Jornalistas

As *Novidades*, a proposito das perseguições á imprensa, pergunta *onde estão os jornalistas?*

Depois d'uma reunião em que os redactores dos jornaes approvaram aquella tentativa de *chantage* que foi a *pena de silencio*, não consta que haja jornalistas em Portugal.

Ha uns sujeitos que escrevem nos jornaes, uns para ganhar a vida, outros para matar o tempo, outros para satisfazer um vicio e alguns para terem bilhetes de theatro.

Perguntar, pois, onde está o que não existe... é força de curiosidade.

Perfumaria Balsemão

RUA DOS RETROZEIROS, 141

Telephone, 2.777

LISBOA

UM REGIMEN CONTRA A NAÇÃO

O Senado votou contra o projecto de lei eleitoral: Mr. Poincaré encolheu-se em frente dos *irreconciliaveis*; a Camara dos Deputados, abjurando as suas votações anteriores, capitulou perante o Senado; o ministerio Briand demittido; uma coisa apagada e vaga posta em seu logar; a lei dos tres annos demorada; a defeza nacional em perigo; a Triplice Entente, hontem mesmo, callada perante o *ultimatum* austriaco; a situação da França gravemente comprometida; tal é em resumo o resultado da nova victoria do *Bloco!* Tal é a crise, sem sahida legal, em que se debate o regimen.

Aqui mesmo apontavamos no outro dia as consequencias do voto, já previsto, do Senado francez.

Mas o que vem revelar a incapacidade governativa do regimen, foi a solução da crise. Nem Briand tinha, em primeiro logar, que se demittir: a lei eleitoral interessa o suffragio universal, não modifica o suffragio restricto d'onde sahe o Senado.

Nem sobretudo, olvidado já das determinantes da sua eleição, Mr. Poincaré deveria fazer a vontade ao Bloco; nem muito menos a Camara, votando contra a moção dos proporcionalistas, deveria vir revelar a que ponto podem chegar as abjurações politicas. No Senado, a maioria dos ministros dos gabinetes que tinham a lei eleitoral no seu programma, e que por ella tinham trabalhado, quando no governo, estavam contra ella. Contra ella estavam afinal na Camara mais de oitenta dos deputados que a tinham, poucos mezes ha, applaudido e approvado!

Isto é o que se chama *politica*, isto é, a arte de proceder sempre contra os interesses da Nação. Politicamente tambem resolveu Mr. Poincaré a crise, mettendo n'um ministerio dos chamados de conciliação, isto é, de capitulação, uma crise que não chega a ser uma *Mayonnaise*, mas é uma simples *marionaise* de individuos varios, representando todos os titulos egualmente apagados que se matizam no Parlamentarismo francez. Incolôr, inodôr e sensabôr!

E' a um tal agglutinado de seus amorphos que se confia a tarefa impossivel de conciliar a reforma eleitoral e a lei dos tres annos! Não admira que Jaurés no seu jornal se divirta immenso com essa ideia. A isto chegou em dois mezes a Presidencia Poincaré!

Vale decerto a pena vêr porque.

Porque os microbios do Senado, despegados e detestados pela nação inteira, representam o que ha de mais lidimo e positivo no regimen republicano; são a sua doutrina, a sua tradição, a sua vida propria. E n'esse ponto são irreductiveis. D'ahi a sua acção. Elles só, no Parlamentarismo francez, representam uma *doutrina*, por isso só elles são a *força*.

A doutrina, conhecemol-a nós, infelizmente de sobra. E' a quinta essencia do jacobinismo que fez o terror de 93. E' a applicação feroz do despotismo do Estado, a tyrannia irresponsavel do Estado-Maioria, do Estado-Suffragio universal, tyrannia anonyma que se disfarça sob a palavra magica: a *lei! As leis da Republica!* Diariamente entre nós se traduz essa expressão em factos de que o Paiz inteiro soffre, porque, precisamente o Paiz não votou nem quer as taes leis da Republica. Por um *acaso*, de antemão preparado pelas cumplicidades parlamentares, a Republica installou-se no Paiz. E desde então veem governando, não para o Paiz, mas contra elle; não segundo os interesses da Nação, mas na defeza da sua existencia, que assim diariamente confessa e apregoa não ser mantido pela Vontade Nacional.

Mas é porque a Republica não póde proceder d'outra fórma. Para ella, para o regimen jacobino, tudo quanto representa força ou independencia é um perigo, um inimigo das instituições.

Elles tem por isso razão de ser estupidamente intolerantes e ferozes. Nem podem ser outra coisa. A Revolução começou em França por destruir as Provincias, os Parlamentos, as Corporações, as Classes, a grande propriedade, tudo quanto no paiz significava força e riqueza, e portanto *independencia*. Depois, foi a Egreja e a familia.

Ora em Portugal, a revolução liberal encarregou-se de pagar a liquidação do passado nacional, e a Republica não tem feito por isso senão atacar o que ainda encontrou de pé; a Propriedade, a Familia, as Crenças!

O odio á Egreja, que tudo domina e que a tudo sobresahe, tem por explicação o ser a Egreja que mantem a familia, baseada na propriedade.

D'ahi a necessidade da escola laica, significando a mais monstruosa tyrannia, baseada no aphorismo jacobino e sacrilego: «o filho não pertence aos Paes, mas sim ao Estado!»

Isto é, os Paes não tem a Liberdade de instruir e de educar os filhos nos principios que professem. Esses principios são, é claro, os principios religiosos, as ideias catholicas. E o perigo d'elles está no irreductivel da Consciencia Catholica. Uma familia catholica, é para o jacobino um baluarte irreductivel. Não ha maneira de lá entrar.

O tristissimo trabalho de desaggregação nacional de que o Parlamentarismo, tal como se applicou entre nós, é o culpado principal, tinha que produzir os seus fructos. E' a impotencia do Paiz em offerecer desistencia organisada á tyrannia que o opprime. As diversas classes, as differentes forças da nação, existiam de nome. Os interesses individuaes, os preconceitos dos partidos eram os elementos dominantes. Ninguem apellava para um sentimento collectivo elevado. Os interesses mesmo da nação iam sendo tratados subsidiariamente ás combinações parlamentares. Foi o parlamentarismo, tal qual o vêmos aqui, que governou em Portugal depois do regicidio.

Taes erros e crimes traziam em si o seu castigo. Tivemol-o e temol-o com a Republica. Não ha acasos na historia das sociedades.

Mas ella está tambem ferida de morte. Nasceu já com o virus fatal. E' o jacobinismo. Surgiu logo tão cru, com tão descarado cynismo começou logo a exploração do Paiz em proveito da seita, tão abertamente se manifesta ter sido essa, e não outra, a razão de ser da Revolução d'outubro, tão duramente se tem atacado e ferido não só o sentimento nacional, sempre latente n'um povo com uma grande tradição historica, mas ainda os sentimentos particulares de cada individuo isolado que não seja carbonario, que é a propria Republica quem se encarrega de soldar, de unir, de aggregar, todos esses individuos offendidos e maltratados. O excesso da tyrannia acaba por provocar o desespero. E o desesperado não mede os obstaculos.

Ayres d'Ornellas.

Mau caminho

Sobre um lago d'amarguras, pendem os salgueiros tristes. Paisagem symbolica de muita alma portugueza d'hoje.

Resignação, vigor, ingenuidade, assim conhecemos, em tempos, as caracteristicas da massa popular. E, como complemento do quadro, uma forte dóse de sebastianismos, e de fatalismos.

Por fatalismo, pois, a Republica apparecerá aos olhos d'alguns como o flagello de Deus.

Não são momentos de vida os que agora passam. São transes expiatorios de uma sentença passada nos julgados do Destino.

Não são governantes, os que governam. São varas inconscientes d'essas mysteriosas Justiças.

Verdadeiro, ou falso, este modo determinista d'interpretar a situação apresenta, ao menos, um lado bom: Attenua as responsabilidades dos homens, e explica, dentro de certos limites, aquillo que, fóra d'essa hypothese sobrenatural, não encontra explicação possivel, perante raciocinio algum.

A Miseria é a primeira das escravidões.

E, quem se propõe a Libertador de um Povo tem forçosamente de principiar por libertal-o, — antes de qualquer outra cousa, — da fome e da ignorancia.

O partido republicano, Demosthenes fogoso despejando, durante annos successivos d'opposição acintosa, as suas phillipicas iracundas contra a gerencia monarchica dos negocios do Paiz, — não tinha o direito moral d'ignorar os factores essenciaes do problema portuguez.

E apossando-se, finalmente, dos sellos do Estado por meios violentos, não poderia absolver-se d'essa perigosa aventura de cezarismo perturbador, senão provando que assumira a auctoridade suprema com a plena consciencia de ser capaz d'exercel-a a bem da Salvação Publica.

O partido republicano, — repetimos, — não tinha o direito moral d'ignorar os factores essenciaes do problema portuguez.

Industria artificial, agricultura deficiente, população trabalhadora mal alimentada, mal instruida, mal distribuida pela superficie do territorio.

Enorme percentagem de terras ao abandono, systemas d'irrigação pouco mais ou menos não-existentes, sub-solo mineiro escassamente aproveitado.

Como consequencia natural, um desequilibrio temivel entre as exportações e as importações, assignalando, com a dialectica insofismavel dos numeros, a insufficiencia desoladora da producção da riqueza.

Marinha mercante quasi sem vida. Quasi um zero os rendimentos particulares de capitaes collocados no estrangeiro.

Apenas a emigração do Brazil, e a exploração da Africa Occidental, saldando a custo esse grande *deficit* economico, precursor evidente de uma bancarrota, suspensa qual espada de Damocles sobre as negras perspectivas do mais proximo futuro.

E o aviso meteorologico da tempestade em marcha, escripto com todas as letras nas proprias contas do thesouro publico, pois, sem duvida, deve estar mesmo em cima das extremas fronteiras do credito, quem averba mais de dous quintos da sua receita para pagamento de juros de dividas.

Tudo isto os Catões democraticos sabiam decerto.

Ora quando as cousas chegam, verificada e reconhecidamente, a um ponto critico d'estes, não se estará a vêr, como se vêem os brilhos de um sol sem nuvens, que existe ahi um verdadeiro problema de vida ou de morte, cuja resolução tem de collocar-se superior a tudo e a todos, — tem de atacar-se com a concentração maxima das energias nacionaes, unidas e compenetradas da gravidade do momento?

Não estará a vêr-se que o caminho, um e unico, é o caminho do Trabalho persistente, flanqueado por uma rigorosa administração financeira? Não estará a vêr-se que a execução de um largo plano de fomento economico, technicamente dirigido, e financeiramente apoiado, abrange em si, com a conquista das prosperidades materiaes, os conseguimentos annexos da Ordem e da Paz Social, nas absorpções da actividade promettedora? Não estará a vêr-se que, mesmo como defeza contra pretensões externas, ahi se encontram as melhores garantias, visto ser a independencia politica uma funcção, necessaria e inseparavel, da independencia financeira e economica? Não estará a vêr-se que por ahi, ainda, e só por ahi, se tornam attingiveis os creditos moraes e pecuniarios, d'onde deriva o Capital, e por consequencia as possibilidades de producção, e as expansões do Commercio?

Tudo isto os Catões democraticos sabiam decerto.

E sabiam, tambem, que a entrada das instituições republicanas, no convivio da Europa monarchica, significava, infallivelmente, um enfraquecimento diplomatico, e significava um periodo d'observação internacional, e de suspensão provisoria de confianças.

Mas se tudo isto é tão luminosamente claro, e tão essencialmente indiscutivel, que não ha meio d'argumental-o, sem que ao espirito acuda a ideia d'estar arrombando uma porta já aberta, — como é que se poderá explicar o facto extraordinario de terem os mesmos Catões democraticos voltado precisamente as costas para os lados do bom caminho, — quando o dedo indicador das Razões do Estado lá estava apontando a direcção exacta, — quando a espectativa benevola do publico lhe abria pela frente um transito absolutamente franco e livre?

As explicações do phenomeno na ordem humana e terrestre não cabem hoje aqui.

Mas temos o Fatalismo. Um caustico a tempo salva ás vezes um doente.

Não estariam os zelos portuguezes, religiosos e patrioticos, pedindo revulsivo?

Não haverá, acaso, Decretos insondaveis da Providencia de que a Republica seja apenas a passiva executora?

Talvez.

Cautela, todavia, pois ha casos em que se morre da cura.

Henrique de Paiva Couceiro.

A segunda Incursão Monarchica

OITO MEZES NA GALLIZA

A vida dos acantonamentos

O tenente de cavallaria
VICTOR DE MENEZES

Ancioso por travar relações com a sua metralhadora, mal as terras enxugaram, e as chuvas deixaram o calvario serrano, o tenente Saturio Pires envergou a *Samarra* sêcca á custa de muito fumo da lareira, entregou o grupo a Gonçalo Meirelles, e foi de visita a Cados.

Como as demais povoações pontuadas pelo acantonamento dos grupos, a aldeia de Cados, a mais pequena d'ellas todas, demora na vertente leste do rio Limia que, ao delongar-se dos sêrros nataes, tanto se dulcifica nos campos amorosos de Vianna do Castello, que se naturalisa e morre portuguez, com o suave nome de Lima. Essa vertente é o espaço comprehendido entre Laboreiro, Suajo, Gerez e Picos de Fonte Fria. O Limia tem um berço humilde, origem bastarda n'um pantano de Ginzo de Limia, cujos pôres de sol são cantados, em dialecto cerrado, pelo coaxar de milhares de rãs, moradoras do lôdo. Segue o Limia, hora melancolico, hora gárrulo, como o temperamento e o vestuario do caracteristico povo gallêgo, cujos lenços das mulheres são um rubôr de canção traçado no peito, o resto do corpo amortalhado n'uma anilina de monja, a saia azul marinho, o saiote de sirguilha escura, mixto de garrulice e de tristeza, d'ardor e mysticismo.

Aqui corre mal e estreita a vida para o rio, além tem abastanças folgadas, um leito largo. Os schistos são altaneiros, o rio decorre lá em baixo, muito ao fundo dos terrenos que o bordejam. Como as canções dos poetas regionaes, o rio tem melodias pastoris enamoradas do torrão, e rugidos impetuosos de trombêtas de guerra. Perto de Cavalleiros mette-se n'um esporão de serra que contorna, talha a rocha, e, quando, meio-asphixiado, sôlta a garganta das unhas do schisto, sae desesperado, arquejante, doido d'oxigenação, e despenha-se n'uma soberba queda d'agua que o sol prateia como escámas de peixes. Depois, já ao pé de Gendibe, repôsto d'aquella exaltação, deita-se serêno n'um leito d'ilha, e espreguiça-se, distendendo os braços. Por onde quer que passe, o rio Limia deixa saudades. A vegetação marginal chora-o, os terrenos abençoam aquelle prodigo que atira punhados d'oiro á tôa: lameiros fecundos, um humus bemdito.

Com a grata alegria de viver que se derrama por todo o ser humano escapo d'uma grande doença ou safo d'uma tormenta, o tenente Saturio Pires, revendo-se todo o caminho no polychromo scenario regional, chegou a Cados embebido de pantheismo. E, deitando os olhos á moradia de Victor de Menezes, exclamou:

— Viva o luxo! casa com vidros nas janellas!... O meu «palacio» de Mogueimes tem janellas, é uma verdade, mas vidro é coisa que ainda por lá se não conhece. E' o bello do postiguinho de páu. Tambem não é preciso, a luz entra bem pelas grêtas da pedra, pelas frinchas das taboas, e pelos buracos da telha e do soalho.

— Pois eu cá é o bello do cristal! ufanou-se o tenente Menezes.

— Não te invejo. Tu tens uma casa citadina, mas eu uma vivenda de Cintra. Palavra de tropa que Mogueimes, então o caminho até Cados, tem pedaços que lembra Cintra: a mesma vegetação humida, os fetos, as avencas, um encanto, um encanto!

— Lá que isto é bonito é — concordou, como sempre desencantado, Victor de Menezes. — Para quem não tiver mais nada que fazer ha por ahi muito boa sombra de sobreiro e muita cópa de castanheiro, para um pandego se estirar a lêr. Mas eu preferia-me nos penêdos do Gerez ou a acabar com os butes por aquelles caminhos de Traz-os-Montes, levados de quantos milhões de diabos ha, embrulhado na minha rica manta de pápa que por signal é do Ruy da Camara.

— Ouve lá! por emquanto não ha ordem nenhuma?

— Nem contra-ordem.

— Esperemos, pois, que isto continue no fim do mez. Então onde está a metralhadora? Pode-se vêr a bicha?

— Já t'a mostro. E de caminho vês o resto do palacio. Depois dámos uma volta por ahi, quero mostrar-te o meu *reino* de Cados.

— Ha-de ter muito que vêr! é a aldeia mais pequena do partido. Imponente, o meu Kalifado de Mogueimes.

Em Cados

Na verdade, pouco tinha que vêr a casa e o «reino» do tenente Victor de Menezes.

O «partido» de Bande é feito da mesma terra martyr da nossa Traz-os-Montes: os mesmos schistos encinzeirados, a mesma luz triste, a mesma topographia talhada por fragas na laija invia, a mesma contradição de plainos e de cómoros, misulas para santos ou covis para feras, os montes entrincheirados nas nuvens d'onde arremessam a pedregulhagem sobre a cabeça dos córregos.

Quanto ao *habitat*, o homem ali, como em Traz-os-Montes, nado e creado entre a rudeza do schisto, com pouco se contenta: uns centos de calhaus, soltos, em riba uns dos outros, e meia duzia de castanheiros chegam para conter o escáno e o berço dos filhos.

N'um lume de chão, alimentado a troncos d'arvore e ramaria sêcca, arde a braza do homem primitivo, enchendo a toca de fumo, e pondo o interior da mesma côr de que a luz d'ardozia pinta o exterior.

A casa do commandante do 2.º grupo era o typo constructivo da região. No unico quarto da residencia dormia o official e quatro ajudantes. Essa dependencia servia ao mesmo tempo de quarto de dormir, casa de jantar, secretaria, e ás vezes de parada de quartel, formando lá dentro todo o 2.º grupo. Cada enxerga era partilhada por dois corpos. No sobrado, rôto d'onde a onde, abrira a velhice janêlos para a *quadra*; de noite, o tenente e os ajudantes eram acordados pelas desordens dos bois ás marradas nos pórcos, com o erguer da capoeira o hymno ao sol tocado pela banda dos gallos, e pelas desavenças das vaccas que acabavam sempre ás cornadas e aos mugidos. Se os aposentos eram escassos e acanhados, a cosinha não se parecia nada com o mégalomano chão de terra e de tijólo da cosinha trasmontana onde o mesmo lume, que assa o cabrito, alumia os serões e desentorpece das nevadas. Quando o tenente Saturio Pires chegou a essa repartição do quartel-general de Cados, — onde Francisco Pombal, entre a fumaceira dos tóros da lareira e do azeite, frigia batatas com ovos, o prato celebre do 2.º grupo —, Saturio exclamou:

— Isto é uma cozinha para passarinhos!...

O tenente Victor de Menezes concordou:

— Então para o meu brilhante pessoal culinario é verdadeiramente mesquinho. Tenho além dos meus ajudantes, os ajudantes do capitão Remedios, do capitão José Gil, de licença em Londres, e do alferes Pedro Abrantes, doente em Vigo. Encontro-me, assim, com quatro cosinheiros, nada menos, e dois bichos de cosinha.

— Bonito pessoal para reaes cosinhas! gracejou Saturio.

— Francisco Pombal, Virgilio da Silva e Carlos Neves são cosinheiros de escóla. O Adriano d'Almeida Lopes é official de cosinha tarimbeiro: sentou aqui praça como bicho de cosinha, mas, como é muito bom rapaz, foi promovido por distinção. Agora o conde de Santiago e o Francisco Fornos, esses parece-me que bichos de cosinha são e bichos de cosinha serão no fim do acantonamento. Não sabem fazer mais nada senão pôr a meza e lavar os pratos.

Riram, reconhecendo a importancia dos trens regimentaes, sahindo da cosinha, e o tenente Victor de Menezes commentou:

— Agora fóra de brincadeira, ó Saturio! Vê tu estes rapazes, o D. Francisco Daun e Lorena Pombal, o D. Luiz Daun e Lorena Pombal, conde de Santiago, dois filhos do Marquez de Pombal, o Chico Fórnos, filho do conde de Fórnos, o Adrianito e o Virgilio, como se sujeitam a viver esta vida muito pitoresca para um ou dois dias, mas muito dura para continuar!

— Não ha duvida: é admiravel! confessou Saturio.

— Porque tu comprehendes que differença fazia ao Chico Pombal e ao conde de Santiago irem para um bom hotel de Vigo esperar a hora da mobilisação? Não, senhor! aqui, solidarios com os mais humildes, com os mais pobres, e os primeiros no bom humor!

— O que eu me admiro é como elles se sujeitam a esta miseravel cosinha! Uma sopeira portugueza tinha falta d'ar n'aquelle cubiculo. Chic, chic, a minha cosinha! Essa, sim, que dava para todos os teus ajudantes e até para todo o teu grupo. Só falta o caldeirão do convento d'Alcobaça!

— Nessa não me mettia eu. Conheço o bicho soldado: Se eu lhe administrasse o pret, nunca havia de estar satisfeito. Nada! Dei as duas pesêtas e meia a cada praça, as tres pesêtas a cada sargento, e elles lá que se governem.

— Eu fiz o mesmo: dei o pret aos soldados, e arranchei com os ajudantes. E faz-se lá em casa um arroz de bacalhau que é uma delicia. Elle não tem bacalhausinho nenhum, não sabe a bacalhau, mas é bom. Vae por lá proval-o amanhã, ó Victor!

— Amanhã não será muito certo. Depois, talvez.

— Não te ponhas a adiar, porque os dez dias estão a expirar e arriscas-te a ir para a incursão sem provar a especialidade lá de casa.

Mas os dez dias passaram, sommaram-se outros dez, e outros dez, e os grupos acantonados n'aquellas lages.

Dia de pret

Cada sol que Deus deitava ao mundo era uma esperança desabrochada e desfolhada no peito de cada um. Dos homens muitos trabalhavam nas terras para ganhar mais alguma coisa; os que nunca haviam pegado no cabo d'uma enxada, ermavam por ali, de ôlho na estrada á espera de novas, que iam passando de pôsto para pôsto, desde Ginzo de Limia até a ultima aldeia. Quando Mario Pessoa, ajudante do Quartel General, apparecia em qualquer dos postos n'uma geniosa burra, que o levava a elle e ao dinheiro para os grupos, um grito de jubilo echoava de serra em serra:

— «Já chegou a burra brava! já chegou a burra brava!»

Era, então, dia de grande trabalheira para os officiaes. Os ajudantes iam aos *commercios* saber quanto devia cada soldado; o official chamava o grupo, e a um de fundo, infligia-lhe, então, o supplicio de obrigar um soldado a fazer contas:

— Tu ganhas duas pesetas e meia por dia, não é?

— Saiba vos'soria que sim, senhor meu tenente.

— Bem. O dinheiro que veio é só para dez dias. Tens portanto aqui 25 pesêtas.

— Saberá o meu tenente que tenho! concordava presto o soldado, dando um passo em frente, para o castelinho das pesêtas.

— Ora tu deves: á casa, 23 dias a um peseta e 75 centimos por dia, faz 40 pesetas e 0,25; de pão, 23 dias a 20 centimos, 4 pesetas e 60 centimos; de vinho, outras 6 pesetas e 0,90. Total: 51 pesetas e 75 centimos.

— Perdoará o meu tenente, mas acho que não é tanto!...

— Então torna lá a fazer a conta.

E repetido o calculo, seguia-se a canceira do rateio das 25 pesetas pelos credores:

— Ora tu pégas n'estas 25 pesetas (*o soldado dava outro passo em frente e estendia a mão callejada e amarella do cigarro*) Espera lá! Tu pégas n'estas 25 pesetas e vaes dar um tanto á casa, um tanto ao padeiro, e um tanto á tenda. Olha, á casa dás 17 pesetas e 0,75; ao padeiro pagas 2 pesetas; por conta do vinho, dás 3 pesetas. Anda vae lá pagar e traz a notasinha com o abatimento do que dás agora á conta.

— Então para mim quanto sobeja, meu tenente?

— Duas pesetas e meia.

— E quanto resto aos gallegos?

— Restas 28 pesetas e meia.

— O' meu tenente, *então* que voltas hei-de eu dar á minha vida?! Devo 28 e tenho duas.

—Mas tu não vês que tens a receber 46 pesetas e meia?

—Saiba vós'soria que vejo.

—Então...

Depois nova ausencia da Burra Brava. Mas os homens estavam sempre promptos para qualquer serviço, a toda a hora do dia e da noite, como se andassem pagos em dia. Agora tinham exercicios: uma summária instrucção de recrutas, meio á infantaria, meio á cavallaria, e isso entretinha-os, estimulava-os, cuidando que o commandante só estava preso pela recruta. E ás 5 horas da manhã lá iam para as serras, escorregadias das nevadas, aprender a recruta.

Os carbonarios começavam a cortejar os postos. Então, de noite, cada acantonamento montava uma ronda de cinco soldados e um sargento que velavam até noite velha, chovesse ou nevasse, houvesse que não houvesse uma ponta de cigarro.

A disciplina era perfeita, e a disciplina ali impunha-a a dedicação. Pernoitando aos dois e tres em cada buraca do logarêjo, se imprevistamente os chamavam, nenhum tomava licença de recolher. A's duas, tres horas da madrugada que fosse preciso levar uma communicação a Ginzo, um d'elles, o que se mandasse, lá ia sósinho, palmilhar cinco horas de serra, com um páu na mão e uma pistola no bolso da *samarra*, debaixo dos aguaceiros desesperados.

Joaquim Leitão.

SEMANA MUNDANA

Familia Real

Suas Magestades a Rainha senhora D. Amelia, e El-Rei D. Manuel, receberam no domingo de Paschoa, em Richmond, os cumprimentos de boas-festas da colonia portugueza, residente em Londres.

Suas Magestades, que fôram captivantes de attenções e amabilidades para com todos os que alli foram apresentar-lhes a homenagem do seu respeito, manifestaram a todos quanto lhes fôra agradavel receber aquellas inequivocas provas de dedicação e lealdade.

Na recepção, a que se seguiu um chá, compareceram entre outras pessoas as senhoras:

Marqueza de Fayal e filha, Marqueza do Lavradio, Condessa de Figueiró, Condessa das Galveias e filha, Viscondessas de Asseca e de Santo Thyrso, D. Maria de Vasconcellos e Sousa d'Almeida, mademoiselles Almeida Azevedo, D. Mathilde de Castro, D. Maria Barbosa de Castro, D. Maria d'Araujo de Lencastre Gil, D. Emilia Calheiros de Lencastre, D. Bertha Marques da Costa Lupi, D. Maria da Conceição de Magalhães e filhas, D. Mathilde Nogueiras, D. Benedicta de Castro Queiroz, D. Emilia de Castro Queiroz e filha, D. Julia Pinto Leite, etc.

E os senhores:

Marquezes de Fayal, do Lavradio e de Soveral; Condes de Figueiró, das Galveias e de Mangualde (Fernando); Viscondes de Asseca e de Santo Thyrso; D. Antonio d'Almeida, Dr. Almeida Azevedo, Pedro d'Araujo, Bernardo Arnoso, Almeida e Brito, José de Mello e Castro, Manoel e Alexandre Barbosa de Castro, Carlos da Camara, Antonio e Domingos Fayal, Faria, D. Sebastião de Lencastre, Eduardo Lupi, Conselheiro Luiz de Magalhães, José Estevão de Magalhães, D. José Gil de Menezes, Teixeira de Queiroz, Antonio Eça de Queiroz, Francisco Quintella de Sampaio, Raul Hernani Cesar de Sá, João Santos, André Supardo, Virgilio Pereira da Silva, José de Vasconcellos e Sousa, etc.

Casamento

Na egreja de S. Thiago, em Lisboa, realisou-se ha dias o casamento do nosso querido amigo, sr. Edgardo Pinheiro Chagas com a sr.ª D. Hortensia Maria das Reys e Sousa, gentilissima filha da sr.ª D. Maria Adelaide Anyl dos Reys e Sousa e do fallecido negociante Antonio dos Reys e Sousa.

O noivo, vivendo hoje, como todos os seus irmãos, no exilio, e actualmente em Paris fez-se representar por procuração, na cerimonia nupcial, pelo sr. dr. Frederico Augusto Franco de Castro, illustre advogado e sogro do sr. dr. Mario Pinheiro Chagas.

Foram madrinhas a mãe da noiva, a sr.ª D. Clarisse Teixeira Pinheiro Chagas, cunhada do noivo, e a sr.ª D. Anna Carneiro da Silva, e padrinhos os srs. Henrique dos Reys e Sousa e dr. Arthur Braga.

O casamento foi celebrado pelo reverendo padre Manuel Damazo Antunes, antigo capellão de cavallaria 4 e velho e dedicado amigo da familia Pinheiro Chagas, e á cerimonia apenas assistiram algumas pessoas das relações mais intimas das familias dos noivos.

A noiva partiu para Paris, onde, como dissemos, está actualmente o sr. Edgardo Pinheiro Chagas.

Aos noivos, que pelas suas qualidades são dignos das maiores venturas, desejamos todas as felicidades.

Um estabelecimento modelar

Os srs. Carvalho & Figueiredo inauguraram ha dias, na parte nova da rua do Sá da Bandeira, 409, um magnifico estabelecimento onde, e do mais fino gosto, se encontra uma variedade explendida de mobiliario, em que predomina o elegante e moderno estylo inglez; uma secção de estofos, tapetes, oleados, azulejos, e os mais interessantes objectos de arte: jarras, figuras; emfim, tudo o que constitue a graça e a belleza do *boudoir* elegante.

Nas suas magnificas officinas, um pessoal habil e competente executa, de prompto, todas as emcommendas que lhes sejam enviadas.

E' um bello estabelecimento, este —não haja duvida—e, como tal, conscios do nosso dever, o recommendamos a todos os que nos lêem.

Aos srs. Carvalho & Figueiredo os nossos parabens por dotarem o Porto com uma casa onde, por modestos preços, se encontra o que, de mais *chic*, póde desejar a nossa phantasia.

Carta de Lisboa

Todo o interrogatorio, feito hontem no tribunal militar á Senhora D. Constança Telles da Gama, merece especial referencia. A sala apresentava um aspecto interessante, a julgar pelas resenhas dos jornaes que, precisamente porque são discordes entre si, nos dão uma impressão exacta do que lá se passou. Recrutou-se a concorrencia, segundo um jornal radical, nos frequentadores dos *five oclock teas* elegantes e das esquinas do Chiado, e isso é dizer bem a selecção d'essa concorrencia que não protestou, não fez barulho, não deu nem vivas nem morras, não invectivou os advogados nem insultou as testemunhas e que se manteve sempre respeitosa e tranquilla. Entre o auditorio irrequieto e turbulento de alguns dos julgamentos anteriores e o da audiencia de hontem havia a differença que vae entre uma chavena de chá e dous decilitros. Por isso talvez, uma senhora mais nervosa que, por acaso, esboçára um sorriso em certa altura da sessão foi convidada a sahir, segundo noticía muito contente a mesma folha radical, emquanto nas outras audiencias os espectadores que interrompiam com apartes e offensas o depoimento das testemunhas e os discursos dos advogados, não receberam convite nenhum e só se foram embora quando lhes appeteceu.

Como vêem, nas mais pequenas cousas se differençou o julgamento de hontem.

Tambem não appareceu o snr. juiz Costa Gonçalves, que cedeu o logar ao snr. juiz Mario Calixto, a quem basta ouvir cinco minutos para se ficar conhecendo, no dizer pittoresco do snr. Duarte Leite uma vez no Senado respondendo ao snr. Antonio Macieira. O auditorio de hontem, não sabemos porquê, lembrou-se a miudo do discurso do ex-presidente de Ministros!

Ainda outra differença. A Senhora D. Constança não se sentou n'um banco mas n'uma cadeira que lhe offereceu um jornalista delicado, segundo conta a mesma gazeta, que, como commentario apenas accrescenta, qual outro Snr. de la Palisse, que o jornalista ficou toda a tarde sentado no banco. Nós achamos que o jornalista não fez senão o seu dever, tanto mais lembrando-se talvez de ter applaudido collegas que, em tempos idos, se recusavam a sentar nos bancos da Boa Hora, reclamando cadeiras de braços e não sabemos se de molas e estofo!

E por ultimo, apesar da concorrencia ser muito grande e o calor quasi asfixiante, não havia aquelle perfume typico das grandes aglomerações, o que abunda os usos hygienicos e o amor pela agua que caracterisam pessoas aceiadas e chics.

Decididamente o aspecto da sala era muito outro do que habitualmente é. A *silhouette* fina e elegante da illustre senhora, victima dos seus sentimentos humanitarios e caridosos, destacava-se entre todas e a superior linha fidalga que manteve em todo o decurso do julgamento, e muito especialmente durante o interrogatorio, apresentaram aos que a não conheciam senão superficialmente, todos os primores do seu espirito culto e da sua linda alma!

Notou o snr. juiz Calixto que todas as cartas juntas aos autos e dirigidas a S. Ex.ª se referiam a palavras suas que nunca mais esquecerão e desejou saber que palavras eram essas.

—«Eu, replicou logo a Senhora D. «Constança, se encontrasse um dia V. «Ex.ª a morrer de fome n'uma prisão, «com a sua mulher e seus filhos na mi«seria, e lhe fosse dizer palavras de «consolação, levando-lhe noticias d'el«les, V. Ex.ª por certo se lembraria de«pois d'essas palavras...»

Talvez se não lembrasse, mas em todo o caso a resposta não podia envolver mais gentilmente uma lição de sentimentos. O snr. juiz não se deu por convencido, o que não admira, e desejou ainda saber porque é que os signatarios das cartas se não referiam claramente ás taes palavras.

—Elles é que lhe podem explicar! concluiu serenamente a accusada, que mais adiante, quando elle lhe perguntava porque rasão dava apenas esmolas aos presos politicos, respondia com muita dignidade que nunca se perguntára ás pessoas que soccorriam as victimas do Ribatejo ou as do Veronese, porque motivo o faziam.

Trocou-se então este dialogo entre o juiz e a illustre senhora.

—Porque motivo não desviava V. Ex.ª do espirito dos presos que estavam desvirtuando as suas intenções, a ideia de que a moviam fins politicos?

—Nunca deixaria de escrever a um criminoso que protegesse, embora elle me confessasse um crime repugnante, quanto mais a um criminoso politico cujo crime nada tem para mim de repugnante... Para mim não ha como um homem de convicções.

—V. Ex.ª não comprehendeu a minha pergunta...

—Perdão, comprehendi muito bem. O que V. Ex.ª queria é que eu os convencesse a seguir a ideia republicana. Isso nunca eu faria. Elles escreviam-me o que queriam, eu respondia o que devia. Quando me falavam n'uma espingarda, respondia com uma esmola.

E por fim o promotor quiz saber se as ideias republicanas eram simpaticas á accusada, que se limitou a lembrar que ninguem tinha o direito de a interrogar sobre as suas convicções.

Em todo esse interrogatorio que foi ouvido no mais rigoroso silencio, a Senhora D. Constança foi de uma grande nobreza: nobreza pelo que disse, nobreza pelo que calou, diante de perguntas cuja banalidade não fizera senão realçar mais e mais a injustiça e o nenhum fundamento da accusação. E apoz longos mezes de carcere, depois de ter soffrido, com uma altiva dignidade hoje infelizmente quasi rara no nosso paiz, perseguições de todo o genero, a filha dos illustres Condes de Cascaes sahe do tribunal, alegre e satisfeita, porque toda essa perseguição, todo o martyrio soffrido, todas as humilhações, todos os ataques, todas as grosserias vieram a transformar-se em esmolas como as esmolas da Rainha Santa se transformavam em flores. Na persistencia da sua cruzada revelou uma alma; ao defrontar-se com a justiça dos homens, revelou uma intelligencia. Se na coragem mostrou a sua raça, na dignidade provou a sua fidalguia, e desde que se lembrou de acudir aos que soffriam, até as ultimas palavras pronunciadas diante dos seus juizes, pedindo para os seus co-reus a mesma sorte do que a sua, caso fosse absolvida, revelou-se sempre—uma Senhora!

Quinta-feira, 2.

Raul.

Annuncios

CIGARROS
Presidente ARRIAGA
Fina mistura de tabaco havano
A marca de maior successo em Portugal
Cuidado com varias marcas
imitações d'esta famosa marca

Na Guiné

Por Frederico Pinheiro Chagas
(2.ª edição) Brevemente á venda.

HEROES DE CHAVES
Nova marca de cigarros
Manipulados com finissimo tabaco havano suave
SUCCESSO COLOSSAL
Em todas as tabacarias
15 CIGARROS, 90 REIS

LEGITIMOS
CIGARROS D'ALGER
PERFUMES de Salon
CREMES d'Herbe Divine
Universalmente conhecidos .·. .·. .·. .·. .·. .·. como os mais hygienicos
Não affectam a garganta
Cuidado com as imitações que a fama mundial d'estas marcas tem provocado.

ESTOFOS, MOVEIS E TAPETES

Deposito de capachos de côco e pita

Carvalho & Figueiredo

409, Rua do Sá da Bandeira, 409

(PARTE NOVA)

Em frente ao Bolhão

PORTO

EMPREZA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

PARA A COSTA OCCIDENTAL D'AFRICA

Sahidas em 7 de cada mez:

Para a Madeira, S. Vicente, S. Thiago, Principe, S. Thomé, Landana, Cabinda, Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella, Mossamedes e para S. Antão, S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Fogo, Brava, Bolama e Bissau; com baldeação em S. Vicente.

Sahidas em 22 de cada mez:

Para S. Thiago, Principe, S. Thomé, Cabinda, S. Antonio do Zaire, Ambrizette, Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella, Mossamedes, Bahia dos Tigres e Caboandel; para Fogo, Brava, Maio, Boavista, Sal, S. Nicolau, S. Antão e S. Vicente, com baldeação em S. Thiago.

Para carga e passagens trata-se no escriptorio da Empreza

RUA DO COMMERCIO, 85—LISBOA

Magalhães & Moniz, L.da LIVRARIA EDITORA

Depositarios da Imprensa Nacional

Venda de livros nacionaes e estrangeiros de ensino, arte, sciencia e lettras.

Agencia de assignatura para todos os jornaes e publicações.

Correspondentes em todo o mundo.

CASA FUNDADA EM 1863

II, Largo dos Loyos, 14—PORTO

COMPANHIA DO GAZ DO PORTO

Distribuição de Coke a domicilio

Por cada 15 kilos (uma arroba) . . . . . 200 reis
Por cada 600 kilos (um carro). . . . . 8$000 reis

Posto em casa do consumidor, dentro da area da cidade do Porto.

PESO GARANTIDO

SATISFAZEM-SE PROMPTAMENTE

todos os pedidos de Coke que lhe forem feitos ou por meio do correio, ou em requisição verbal nos seus escriptorios da Praça Carlos Alberto, 71, ou na fabrica, no Ouro.

Cimentos NACIONAES E ESTRANGEIROS

DE CRUSSO

Vantagens excepcionaes para grandes fornecimentos e contractos annuaes, etc.

J. WIMMER & C.ª

LISBOA

COMPAGNIES DE NAVEGATION

SUD-ATLANTIQUE

Linha postal. Para Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Ayres, com escala por Dakar
A 8 de Abril o paquete *Valdivia*.
A 22 de Abril o paquete *La Gascogne*.

Linhas commerciaes. Para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e BuenosAyres, com escala por Dakar.

A 16 de Abril o paquete *Sequana*.
Para Pernambuco, Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buenos Ayres.

K. H. Lloyd (Mala Real Holandeza)

Para Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buenos Ayres.
A 7 de Abril o paquete *Hollandia*.
A 28 de abril o paquete *Frisia*.
Para Vigo, Boulogne, Paris, Dover, Londres e Amsterdam.
A 9 de Abril o paquete *Frisia*.
A 29 de Abril o paquete *Zeelandia*.

Linha Cyp. Fabre & C.º

Para Providence e New-York, e mais cidades dos E. Unidos da America do Norte com escala por S. Miguel, Terceira e Fayal. A 26 de Abril o paquete *Roma*. A 5 de Abril o paquete *Germania*.

Preço das passagens em 3.ª classe para New-York, Boston, New-Bedford, etc., quarenta e dois mil reis e para S. Francisco da California, Libras 22-0-10.

Para Marselha. A 11 de Abril o paquete *Roma*.

Para carga e passagens e mais esclarecimentos trata-se com

OREY ANTUNES & C.º

NO PORTO — Largo de S. Domingos, 62-1.º

EM LISBOA — Praça Duque da Terceira, 4.

Recommendamos as excellentes e magnificas PENNAS

D. CARLOS I e D. MANOEL II

em bonitas caixas com artisticas photographias de Suas Magestades

Fabricação exclusiva dos fabricantes inglezes *D. LEONART & C.º*

Vendem-se nas boas papelarias de Portugal.

Dr. M. Forbes Costa

CIRURGIÃO DOS HOSPITAES
Antigo assistente das clinicas de Paris, Berlim, Londres e Vienna

Doenças genito-urinarias, venereas e syphiliticas

Diagnostico e tratamento da syphilis pelos processos mais modernos, especialmente pelo salvarsan (606) e neo-salvarsan.

Praça da Liberdade, 124-1.º
DAS 2 ÁS 5 HORAS
Telephone, 143

COMPANHIAS DE SEGUROS

La Union y el Fenix Español de Madrid

Union Maritime de Paris

Mannheim de Manheim

Seguros sobre a vida, incendio, explosão de gaz, de machinas, raio, rendas em caso de incendio, maritimos postaes e transportes de qualquer natureza.

LIMA MAYER & C.ª
R. da Prata, 59-1.º — LISBOA